



Condições Gerais – Que Regem As Relações Do NOVO BANCO, S.A. - Succursale Luxembourg Com Os Seus Clientes (Tradução Não Vinculativa)

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1: Aplicação das Condições Gerais

As relações contratuais entre o NOVO BANCO, S.A. - Succursale Luxembourg, a seguir designado por "Banco", e os seus clientes regem-se pelas presentes cláusulas, pelas convenções especiais que podem ser celebradas entre o Banco e o cliente em cumprimento das leis e regulamentos em vigor e pelas práticas bancárias. Na medida em que não forem infringidas pelas presentes condições gerais ou por convenções especiais, estas relações estão sujeitas à lei luxemburguesa.

Ao entrarem numa relação de negócios, o Banco e os seus clientes submetem-se às estipulações das presentes condições gerais.

Artigo 2: Morada, horário de abertura do banco e autoridade de supervisão luxemburguesa

O Banco está sujeito à supervisão prudencial da autoridade de supervisão portuguesa, a saber o Banco de Portugal, sito na R. Francisco Ribeiro, 2 (1150-165 Lisboa), Portugal.

A autoridade de supervisão luxemburguesa, a saber a *Commission de Surveillance du Secteur Financier*, sita em L-1150 Luxembourg, 110, route d'Arlon, tel.: (+352) 26 25 1 -1, fax: (+352) 26 25 16 01, www.cssf.lu, manterá uma competência residual em certas matérias.

O Banco possui o número português de pessoa coletiva 513204016 e está inscrito no Registo Comercial de Lisboa - 1.ª secção, sito na Avenida da Liberdade, n.º 195. O Banco atua no Luxemburgo por intermédio da sua sucursal NOVO BANCO, S.A. - Succursale Luxembourg, sita em 1, rue Schiller / av. de la Liberté L-2519 Luxembourg e inscrita no Registo Comercial e das Empresas sob o número B - 190 974.

A sucursal do Banco estará aberta de segunda a sexta-feira das 9:00 às 13:00 e das 14:30 às 17:00, entendendo-se que seu acesso só será permitido mediante agendamento, previamente fixado pelo telefone (+352) 27 36 25 00 ou por email (info@novobancoluxembourg.lu).

Artigo 3: Reclamações e comunicações

As reclamações e comunicações devem ser endereçadas por escrito para:

NOVO BANCO, S.A. - Succursale Luxembourg: 1, rue Schiller / av. de la Liberté L-2519 Luxembourg

Artigo 4: Identificação dos clientes, documentação relativa à capacidade jurídica e aos poderes de assinatura

O Banco faz depender o início de uma relação de negócios e a execução de todas as operações à entrega de todos os documentos, documentos justificativos e informações que considerar necessários ou que sejam legalmente exigidos e que digam respeito ao estatuto jurídico ou fiscal, ao domicílio ou sede social e à situação profissional e pessoal do cliente. O cliente compromete-se a fornecer dados exatos ao Banco ao primeiro pedido, a informar o Banco com a maior brevidade possível de qualquer alteração desses dados e a comunicar ao Banco, a simples pedido, qualquer informação complementar que este considere útil no âmbito da manutenção das relações bancárias e/ou que seja exigida por disposição legal ou regulamentar. O cliente pessoa singular compromete-se a informar sem demora o Banco de qualquer modificação relacionada com a sua capacidade jurídica, o seu domicílio ou estatuto fiscal e a sua situação profissional.

O Cliente compromete-se a fornecer essas informações ao Banco a seu pedido e compromete-se a informar o Banco, sem demora, de quaisquer alterações nas informações recolhidas. O Banco não pode, de forma alguma, ser responsabilizado pelas consequências prejudiciais de uma omissão do Cliente na transmissão das suas informações ou no fornecimento de uma declaração falsa ou imprecisa da sua parte.

A ausência e/ou a recusa de comunicar esses dados ao Banco constitui um obstáculo ao fornecimento dos serviços pelo Banco, ou inclusive à entrada numa relação de negócios ou à manutenção da mesma com o Banco.

As pessoas coletivas e outras entidades jurídicas devem entregar uma cópia certificada dos seus estatutos atualizados, um extrato recente do registo comercial e das empresas ou de um registo semelhante existente no lugar do seu estabelecimento e uma deliberação com a lista das pessoas autorizadas a representá-las perante terceiros, assim como, se necessário, cópias de outros documentos oficiais exigidos (autorização de estabelecimento, número de IVA, etc.).

Sempre que o considere necessário, e em conformidade com as disposições legais em matéria de combate ao branqueamento de dinheiro e financiamento do terrorismo, o Banco poderá exigir ao cliente qualquer informação sobre o beneficiário económico de uma relação de negócios, de uma conta ou de uma operação. O cliente reconhece que o Banco, no objetivo de cumprir as obrigações decretadas pela legislação supra citada, está no direito de recolher junto de terceiros devidamente acreditados informações relativas à situação profissional e pessoal do cliente.

O cliente garante a autenticidade de qualquer documento entregue diretamente por si ou pelo seu mandatário.

A(s) pessoa(s) com poder para transmitir ao Banco ordens relativas a uma conta remete(m) a este o espécimen da sua assinatura. Os clientes, e em especial as pessoas coletivas, estão obrigados a notificar o Banco, por escrito, de todas as modificações que venham a verificar-se quanto ao alcance ou à validade dos poderes de assinatura.

O Banco não assume qualquer responsabilidade pelas consequências, prejudiciais ou não, que possam ser causadas pela ou em relação com a falta de autenticidade, fidedignidade e/ou validade dos documentos que lhe são entregues, pela omissão de transmissão de uma informação ou por uma declaração falsa ou errónea.

Os mandatos e procurações são válidos até à sua revogação pelo cliente ou qualquer outro acontecimento que ponha fim ao mandato, regularmente comunicados ao Banco por carta registada ou por revogação de mandato assinada pelo cliente na agência. Salvo disposição expressa em contrário, os mandatos e procurações dados pelo cliente ao Banco ou a terceiros relativamente às relações entre o Banco e o cliente terminam com a morte do mandante.

A responsabilidade do Banco apenas pode ser invocada para as operações efetuadas em conformidade com o mandato antes da receção da notificação do termo deste último. O mandato rege-se pelas disposições dos artigos 1984 e seguintes do código civil.

O cliente compromete-se a informar o Banco caso considere ser um contribuinte fiscal americano ("US Person") nos termos da regulamentação americana em matéria fiscal. O Banco não pode em caso algum ser considerado responsável pelas consequências prejudiciais da omissão de transmissão das informações ou de uma declaração falsa ou errónea do cliente.

Artigo 5: "US Person" (Pessoas norte-americanas)

Se o cliente for uma US Person, o cliente deverá informar de imediato o Banco de tal facto em cumprimento das disposições da lei ou da regulamentação americanas aplicáveis.

No caso de o Banco vir a presumir com base em elementos ou indícios determinados em função da lei aplicável de que o cliente poderá ter o estatuto de US Person, o cliente deverá responder de imediato, ou, o mais tardar, no prazo constante do pedido feito pelo Banco, às questões colocadas pelo Banco, e deverá fornecer a este todos os elementos de prova ou justificativos que o Banco, à sua inteira discrição, possa considerar necessários. Não o fazendo, o Banco terá o direito de terminar a relação sem pré-aviso e/ou a proceder à retenção na fonte imposta por qualquer lei ou regulamentação aplicável.

O Banco não será, em qualquer caso, tido por responsável pelas consequências prejudiciais resultantes da omissão de declaração, ou de declaração falsa e/ou inexacta do cliente em relação à sua qualidade, ou não, de "US Person", nem tão pouco em caso de atraso na transmissão das informações solicitadas pelo Banco nesse âmbito. Para além do que antecede, o cliente fica informado de que se o cliente se declarar como sendo uma "US Person", ou se for identificado como tal pelo Banco, de acordo com as disposições da lei ou da regulamentação aplicável, o Banco poderá ter de comunicar às autoridades fiscais competentes determinadas informações que lhe dizem respeito, incluindo informações sobre os seus activos detidos no Banco e/ou rendimentos auferidos junto do Banco.

Artigo 6: Conformidade fiscal dos activos do cliente

O cliente deverá solicitar ao Banco todos os documentos necessários a fim de dar cumprimento ao conjunto das suas obrigações em matéria fiscal, incluindo o cumprimento das suas obrigações no seu país de residência. Todas as alterações relativas à sua situação pessoal (designadamente no caso de alteração de domicílio, nacionalidade ou estatuto fiscal) devem ser espontaneamente comunicadas ao Banco no prazo de trinta dias a seguir às referidas alterações. O cliente compromete-se perante o Banco a cumprir as suas obrigações em matéria fiscal (entrega da declaração de rendimento e pagamento de impostos) junto das autoridades do país, ou dos países no qual, ou nos quais, o cliente deverá pagar os seus impostos em relação com os activos depositados e/ou detidos junto do Banco e/ou geridos por este. No caso de o cliente não ser o beneficiário económico final dos referidos activos, o cliente compromete-se a informar este último da sua obrigação e diligenciará para que este respeite o mesmo compromisso. Chama-se a atenção do cliente para o facto de que a detenção de determinados activos pode ter incidências fiscais independentemente do local da sua residência fiscal. O facto de o cliente não observar as suas obrigações em matéria fiscal pode ser passível, de acordo com a legislação aplicável do país ou dos países no qual, ou nos quais, o cliente deve pagar/declarar os seus impostos, de penalidades financeiras e de sanções penais. Chama-se ainda a atenção do cliente para o facto de que, em aplicação de acordos internacionais, o nome do co-contratante e do beneficiário económico



declarado, bem como toda a informação relativa aos seus activos é susceptível de ser transmitida, a pedido, e para que as condições dos referidos acordos internacionais sejam cumpridas, às autoridades estrangeiras competentes, incluindo às autoridades fiscais.

Artigo 7: Transferências

O Banco coloca o seu serviço de transferências à disposição do cliente para todos os tipos de transferências (numerário, instrumentos financeiros, metais preciosos, etc.) no Grão-Ducado do Luxemburgo e no estrangeiro. Estas operações são executadas a expensas do cliente encontrando-se previstos os custos respetivos no preçário do Banco em vigor no momento da transferência.

Para cada instrução de pagamento, transferência ou disposição, o Banco reserva-se o direito de determinar o local e o método de execução que considera adequado para a execução da operação em questão (pagamento em numerário, envio de fundos, transferência, cheques ou outro modo de pagamento normalmente utilizado na prática bancária).

O Banco chama a atenção do cliente para os seguintes pontos:

Para todas as transferências de fundos, o Banco indicará o número de conta, nome e morada do cliente ordenante. Certos mercados internacionais exigem igualmente a identificação do ordenante e do beneficiário.

Em caso de transferência de instrumentos financeiros, o Banco poderá, pois, ter de identificar nos documentos de transferência o cliente como ordenante. O Banco poderá igualmente, em determinadas circunstâncias, solicitar que o cliente lhe forneça elementos de identificação do beneficiário de tais transferências.

Ao instruir o Banco a executar uma ordem de pagamento ou a transferir instrumentos financeiros, o cliente dá implicitamente o seu consentimento para que as informações precisas sejam reveladas e, se necessário, tratadas fora do Luxemburgo.

Os dados pessoais que acompanham as transferências de fundos serão tratados pelo Banco e por outras empresas especializadas, tais como a SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*).

Tal tratamento poderá ser realizado através dos centros situados noutros países europeus e nos Estados Unidos em conformidade com o seu direito local. Por conseguinte, as autoridades americanas podem exigir o acesso a dados pessoais na posse de tais centros de tratamento para fins de combate ao terrorismo. Qualquer cliente que instrua o Banco a executar uma ordem de pagamento ou qualquer outra operação dá implicitamente o seu consentimento para que todos os dados necessários à realização regular da transação possam ser tratados fora do Luxemburgo.

Em todos os casos, e inclusive na ausência de menção expressa, a conta do cliente é creditada "salvo boa cobrança" e sob reserva da entrada efetiva dos fundos. O Banco está autorizado a estornar qualquer operação cujo desenrolar seja posto em causa.

Artigo 8: Sigilo bancário

Em princípio, o sigilo bancário tal como previsto pelas ou em virtude das leis e regulamentos aplicáveis às instituições de crédito aplica-se a todas as pessoas que prestam, a qualquer título, serviço ao Banco. Desde logo, o Banco não comunica a terceiros qualquer informação relativa às operações tratadas pelo cliente.

No entanto, em caso de convenção especial expressa e em certos casos expressamente previstos ou exigidos por lei, e aplicáveis a todas as instituições bancárias luxemburguesas, o Banco está no direito ou está obrigado a fornecer as informações solicitadas pelas pessoas ou entidades visadas pela convenção especial expressa, pelas pessoas ou entidades visadas pela lei ou pelas autoridades judiciais ou de supervisão no âmbito das suas competências legais particulares.

Artigo 9: Correspondência e domiciliação de correspondência

Qualquer comunicação será considerada como devidamente entregue ao destinatário quando tiver sido expedida pelo Banco para a última morada indicada pelo cliente. Em caso de falecimento do cliente, as comunicações do Banco são sempre endereçadas legitimamente para a última morada conhecida, ou para a morada de um dos herdeiros, no caso de estes últimos serem conhecidos do Banco.

Qualquer alteração de morada deve ser notificada ao Banco nos seus balcões, por escrito ou por qualquer outro modo de comunicação devidamente autorizado, com a(s) assinatura(s) constantes no Banco para o funcionamento da conta do titular.

Todos os escritos e documentos endereçados por estabelecimento bancário a um cliente, ou a terceiros por conta de um cliente, correm por conta e risco deste último. O Banco não assume qualquer responsabilidade pelas consequências, prejudiciais ou não, que possam ser causadas pela ou em relação com a não receção pelo cliente dessas comunicações.

Quando uma comunicação é devolvida ao Banco com a indicação de que o destinatário é desconhecido na morada indicada ou que já não mora aí, o Banco está no direito de conservar essa comunicação no seu arquivo, assim como qualquer correspondência posterior destinada a esse cliente na mesma morada, sob responsabilidade deste último. Neste caso, o Banco está autorizado a debitar ao cliente

as despesas referentes à domiciliação desta correspondência em conformidade com o preçário em vigor.

Qualquer envio de numerário, títulos ou valores faz-se exclusivamente por conta e risco dos clientes; o Banco responde apenas por riscos cobertos por garantia e unicamente na medida em que os sinistros estejam regulados. Os riscos especiais apenas estão cobertos no caso de haver instruções formais transmitidas nesse sentido ao Banco por escrito. O Banco nunca é obrigado a contratar uma garantia na ausência de instruções formais por parte do cliente.

O Banco suporta o risco associado ao envio ao cliente de um instrumento de pagamento ou de qualquer outro dispositivo de segurança personalizado do mesmo. O Banco reserva-se o direito de enviar os meios de pagamento por carta registada com aviso de receção a expensas do cliente.

A correspondência relativa a operações do Banco efetuadas por conta de várias pessoas é enviada para a morada indicada por essas pessoas, ou, na falta de uma tal indicação, para a morada de qualquer uma dessas pessoas.

A prova de envio da correspondência ao cliente é feita legitimamente pela produção da cópia dessa correspondência pelo Banco. Presume-se que a data constante no duplicado corresponde à data de expedição.

A correspondência retida em depósito no Banco é considerada como entregue na data que exhibe. O duplicado faz prova da expedição.

No caso de o cliente não ter recebido os documentos, extratos de conta ou outros avisos referentes a uma determinada operação nos prazos normais de envio da correspondência por correio, o cliente está obrigado a avisar imediatamente o Banco a partir do momento em que tomar conhecimento desse facto.

Os clientes podem solicitar a domiciliação, a suas expensas, da sua correspondência junto do Banco. As modalidades desta domiciliação regem-se por um acordo separado entre o cliente e o Banco.

O Banco não responde por consequências que possam resultar da conservação e porventura do levantamento, não levantamento ou entrega tardia dos documentos ou da correspondência domiciliados nos seus balcões.

O Banco, todavia, reserva-se o direito de expedir aos clientes a correspondência domiciliada em seu poder, sempre que considerar oportuno. De igual modo, o Banco reserva-se o direito de contactar o cliente por qualquer meio de comunicação, e nomeadamente por correio postal, no caso de considerar oportuno ou quando essa diligência for imposta ou autorizada pela regulamentação aplicável. De uma maneira geral, os extratos e a correspondência domiciliados numa agência e não levantados pelos clientes, assim como os extratos e a correspondência devolvidos à agência por motivo de não entrega, inclusive de não receção, podem ser destruídos pelo Banco após um prazo de 5 anos decorrente desde a data do extrato ou da correspondência.

Artigo 10: Fornecimento de informações

O cliente aceita que todas as informações a fornecer obrigatoriamente pelo Banco aos clientes o sejam em suporte de papel, em correio eletrónico, por meio do sítio Web ou sob qualquer outra forma acordada entre eles. Qualquer modificação efetuada nessas informações é notificada aos clientes por meio dos mesmos suportes, salvo acordo contrário.

Artigo 11: Ordens

Salvo convenção expressa em contrário, qualquer comunicação do cliente ao Banco deve ser feita por escrito. A prova da existência e do conteúdo da comunicação incumbe ao cliente.

Para os tipos de operações onde a assinatura manuscrita tenha sido substituída por um meio de acesso eletrónico pessoal e confidencial, tais como a marcação no teclado de um número de identificação ou a comunicação eletrónica de uma palavra-passe, esta é oponível ao cliente com o mesmo valor da assinatura manuscrita.

Artigo 12: Convenção de unicidade de conta, cláusula de compensação e conexidade das operações

No cumprimento das leis, regulamentos e convenções que regem as contas especialmente afetadas (por exemplo, a favor dos notários, tutores ou curadores), todas as contas de um mesmo cliente das quais este seja titular ou co-titular, quer essas contas sejam estabelecidas na mesma divisa ou em divisas diferentes, quer sejam de natureza especial ou diferente, quer sejam a prazo ou imediatamente exigíveis, ou que ainda estejam sujeitas a taxas de juros diferentes, constituem em facto e em direito unicamente as subcontas de uma conta corrente, única e indivisível, cuja posição credora ou devedora relativamente ao Banco apenas é estabelecida após conversão em divisa com curso legal no Luxemburgo, na data de encerramento das contas, dos saldos em divisa estrangeira. O saldo da conta única, após conversão, é garantido pelas garantias reais e pessoais associadas a uma das subcontas. É imediatamente exigível, assim como os juros devedores e as despesas.

Sem prejuízo do anterior, é acordado que o Banco tem o direito de compensar, sem notificação nem autorização prévia, em qualquer altura, o saldo credor de uma subconta com o saldo devedor de outra subconta, sejam elas quais forem, e até ao montante do descoberto



desta última conta, procedendo para esse efeito a conversões de divisas, se a elas houver lugar.

São conexas entre si todas as operações que um cliente trata com o Banco. O Banco está desde logo autorizado a não cumprir as suas obrigações se o cliente não cumprir qualquer uma das suas obrigações.

Artigo 13: Garantias a favor do Banco, penhor genérico

Fica expressamente convencionado que os créditos, valores, títulos, efeitos e mercadorias pertencentes ao cliente e depositados, quer no Banco, quer por conta do Banco junto de terceiros, mas por conta e risco do cliente, são constituídos em penhor a favor do Banco, com a finalidade de servir de segurança e garantia ao reembolso dos seus créditos independentemente da sua causa, em conformidade com a legislação aplicável na matéria. O Banco reserva-se o direito de proceder à execução do seu penhor em conformidade com as disposições legais em vigor.

Sem prejuízo das garantias especiais que possa ter acordado e das que resultam das cláusulas anteriores, o Banco tem o direito de exigir, em qualquer altura, a constituição de garantias ou o aumento das que foram constituídas a seu favor, para estar coberto contra todos os riscos em que incorre em virtude das operações celebradas com o cliente, quer estas se encontrem vencidas ou sejam a prazo, puras e simples ou afetas a uma condição suspensiva ou resolutória.

Artigo 14: Informações – Tratamento dos dados de natureza pessoal

Qualquer Cliente que confiar operações ao Banco reconhece, por este simples facto, que os dados pessoais que lhe dizem respeito e necessários para a boa execução das transacções são processados pelo Banco com a finalidade de conceder e gerir contas, depósitos, transacções de pagamento ou qualquer outros serviços bancários relacionados.

O cliente autoriza o Banco a recolher, guardar, tratar e transmitir determinadas informações a seu respeito, tais como o seu nome, morada e profissão e nacionalidade (lista não exaustiva) e as informações relativas aos seus activos e/ou rendimentos auferidos.

O cliente pode, por sua escolha, recusar comunicar tais informações ao Banco e impedir assim o Banco de utilizar os seus dados pessoais e os dados relativos aos seus activos e rendimentos auferidos. No entanto, tal recusa constituirá um obstáculo ao início de relações ou à continuação das relações de negócio entre o cliente e o Banco, nomeadamente a execução de uma operação bancária específica.

O Banco solicitará unicamente as informações necessárias à execução das suas obrigações no âmbito da sua relação contratual com o cliente e com o intuito de cumprir as suas obrigações legais.

O cliente autoriza o Banco a transmitir as informações que lhe digam respeito a outras entidades do grupo bancário de que faz parte ou a fornecedores de serviços especializados que tratam informações por conta do Banco, situadas na União Europeia ou num país terceiro que ofereça o mesmo nível de segredo bancário que o Luxemburgo. Uma lista das sociedades às quais o Banco pode transmitir as informações e dos países em que o seu estabelecimento está localizado está disponível no sítio de internet www.novobancoluxembourg.lu e será actualizada de tempos a tempos. A pedido do cliente, o Banco enviará a mesma lista por correio.

Sem prejuízo do artigo 8 acima, o cliente exonera o Banco do seu dever de segredo bancário na medida em que tal seja necessário para a transmissão dos dados pessoais do cliente e dos dados relativos aos seus activos e rendimentos auferidos às entidades do grupo bancário ou aos fornecedores de serviços especializados, bem como aos serviços e autoridades administrativos competentes, incluindo os serviços e autoridades fiscais.

Salvo instrução formal em contrário da parte do cliente ou no caso de obrigações legais ou nos casos descritos abaixo, o Banco não comunicará essas informações a terceiros.

O cliente tem direito a (i) direito de acesso, (ii) direito de oposição, (iii) direito de retificação, (iv) direito de limitação e (v) direito de eliminação, em relação a informações ou dados que lhe dizem respeito, em conformidade com a legislação sobre o tratamento de dados pessoais em vigor no Grão-Ducado do Luxemburgo.

O direito à portabilidade é exercido com base no Guia do Luxemburgo para a Mobilidade Bancária: http://www.novobancoluxembourg.lu/site/images/Outras/GuiaMobilidadeBancaria_PT.pdf

O cliente tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados para fins de prospeção.

O conjunto dos dados apenas será conservado durante o período de tempo necessário ao tratamento tendo em conta os prazos de prescrição legal.

Artigo 15: Sucessões

O Banco deverá ser avisado sem demora do falecimento de um cliente ou do seu cônjuge. Na falta desse aviso, o Banco declina qualquer responsabilidade se, após o falecimento do cliente, os co-titulares ou mandatários dispuserem dos activos existentes na conta ou no cofre-forte.

Sem prejuízo das disposições específicas que regem a conta conjunta («*compte-joint*»), o Banco, no cumprimento das disposições legais,

deve receber cópias dos documentos que estabelecem a devolução sucessória, assim como do acordo escrito de todos os sucessores antes de lhes remeter ou transferir os activos. O Banco não responde pela autenticidade dos documentos entregues.

O Banco pode dar seguimento a qualquer pedido de informações referentes às contas e activos do defunto feito por um herdeiro ou por um legatário universal, e apresentar as despesas eventuais a expensas da sucessão.

Salvo aviso em contrário, o Banco endereça a correspondência relativa às contas em questão para a última morada conhecida, ou para a de um dos herdeiros, se estes últimos forem conhecidos pelo Banco.

Em caso de falecimento de um cliente, e tendo acordado um mandato *pos-mortem*, apenas poderão ser remetidos ao mandatário os activos depositados nas contas que são objeto do mandato desde que:

- Ateste por escrito ter informado os herdeiros do mandante da existência do contrato de mandato;

- Indique ao Banco, sob sua responsabilidade única e exclusiva, a identidade completa dos herdeiros informados, assim como todas as outras informações relativas à devolução sucessória do mandante que o Banco possa exigir. O Banco reserva-se o direito de suspender a execução do mandato para permitir aos herdeiros adoptar uma posição. O Banco não assume qualquer responsabilidade quanto à exatidão e à veracidade dos dados fornecidos pelo mandatário.

Artigo 16: Prova

Os livros e documentos do Banco serão considerados como meios probatórios até prova em contrário. A prova contra as reproduções micrográficas e as gravações informáticas efetuadas pelo Banco a partir de documentos originais apenas poderá ser contestada pelo cliente por meio de um documento da mesma natureza ou por escrito.

Artigo 17: Extratos de conta

O cliente ou qualquer outra pessoa designada por ele recebe periodicamente um extrato de conta que menciona os movimentos efetuados na conta, a fim de lhe permitir seguir e controlar as operações.

O Banco não pode em caso algo ser considerado responsável pela utilização feita por parte de quem recebe as informações bancárias contidas no extrato de conta, desde que o envie para a morada acordada.

O cliente é obrigado a comunicar ao Banco os erros que possam constar dos documentos e extratos de conta ou em suporte eletrónico que lhe são entregues pelo Banco. Na falta de reclamação por escrito no prazo de 30 dias a contar da expedição dos documentos e extratos de conta ou da disponibilização da informação em suporte eletrónico, as informações aí constantes são, salvo erro material manifesto, consideradas exatas e considera-se que o cliente aprovou esses documentos e extratos.

Quando o Banco lançou, por engano, um montante a débito ou a crédito da conta de um cliente, está no direito de retificar o erro material. No caso de se tratar de um crédito lançado por engano na conta, o Banco está no direito de debitar a conta no montante correspondente, mesmo sem ter obtido o acordo prévio do cliente.

Artigo 18: Cessação das relações de negócios

No quadro das convenções entre o Banco e o cliente para as quais não tiver sido estipulado termo ou pré-aviso, qualquer das partes pode pôr fim às relações recíprocas em qualquer altura, sem indicação de motivos e com efeito imediato, sem prejuízo do disposto no artigo 54 (Informações gerais prévias) das presentes condições gerais.

Sempre que o Banco constate que a solvabilidade do seu cliente está comprometida, que as garantias obtidas sejam insuficientes ou as garantias solicitadas não sejam obtidas, que a sua responsabilidade corre o risco de ser acionada em virtude da continuação da sua relação com o seu cliente ou que as operações do seu cliente possam parecer contrárias à ordem pública ou aos bons costumes, ou ainda haja o risco de prejudicarem a reputação do Banco, pode pôr fim com efeito imediato, sem notificação prévia, às relações recíprocas. Sucede o mesmo no caso de adoção de qualquer medida de instrução ou bloqueio por parte de uma autoridade nacional ou estrangeira relativamente ao cliente.

Após a rescisão do contrato, o Banco pode pôr todos os activos na conta ou em depósito à disposição do cliente da forma que considerar adequada. Estes activos já não produzirão juros a partir da data de rescisão do contrato.

Artigo 19: Limitação da responsabilidade do Banco

O Banco, de uma maneira geral, apenas responde nas suas relações com os seus clientes em caso de negligência grave da sua parte. Não responde por danos que possam ser causados por ou em relação com:

- A incapacidade jurídica do cliente, dos seus mandatários, herdeiros, legatários e sucessores;

- A falta de autenticidade de assinatura das ordens que são dadas ao Banco;

- Os erros e atrasos de transmissão das ordens, assim como o atraso na execução de uma ordem, a menos que o cliente não tenha informado especialmente o Banco do atraso mediante o qual a ordem



deveria ter sido executada, sendo que nesse caso o Banco responde no máximo pela perda de juros que possa resultar do atraso;

•A omissão ou o atraso para apresentar protesto;

•A irregularidade dos procedimentos de oposição judicial ou extrajudicial;

•A omissão de proceder, ou de proceder corretamente, às retenções fiscais aplicáveis;

•O falecimento do titular da conta, sem que alguma vez tenha sido comunicado ao Banco;

•O erro quanto à devolução sucessória do cliente falecido;

•A declaração inexata por parte do mandatário quanto à informação dada aos herdeiros do depositante sobre a existência do mandato e a indicação inexata, pelo mandatário, da identidade dos herdeiros informados;

•A falta de autenticidade ou validade das autorizações das quais se valem os mandatários, órgãos e representantes de pessoas coletivas, empresas em falência, em gestão controlada, em liquidação judicial ou sujeitas a outras medidas de gestão ou de liquidação previstas pela lei que lhes é aplicável;

•Os atos de terceiro cobrados pelo Banco referentes à execução das ordens do cliente, se a escolha do terceiro foi feita pelo cliente ou se o Banco fez a escolha do terceiro e lhe deu as suas instruções com a diligência devida;

•A transmissão de informações em conformidade com as condições gerais ou convenções especiais;

•A não receção pelo cliente das comunicações do Banco;

•Qualquer acontecimento, geralmente de ordem política ou social, que perturbe, desorganize ou interrompa total ou parcialmente os serviços do Banco, mesmo quando esses acontecimentos não sejam de força maior;

•Uma regulamentação estrangeira.

Artigo 20: Preçário, comissões e taxas

Ficam a expensas do cliente, fora das remunerações e comissões bancárias propriamente ditas, nomeadamente as despesas de envio, mensagens e pesquisa, as despesas ocasionadas no Banco no seguimento de qualquer processo legal intentado contra um cliente com vista à regularização ou cobrança do seu crédito, ou ainda no seguimento de medidas tomadas contra este último pelas autoridades, as despesas suportadas pelo Banco no interesse do cliente ou dos seus sucessores.

Salvo convenção em contrário e sem prejuízo de qualquer outra disposição no preçário do Banco, os juros devedores previstos no preçário são aplicáveis de pleno direito, sem notificação prévia, sobre os saldos devedores em conta, sem prejuízo de eventuais despesas de encerramento. Na falta desta taxa de juro, a taxa de juro será fixada pelo Banco com base nas condições do mercado e/ou variáveis segundo a evolução geral das taxas de juro e da taxa de refinanciamento do Banco. Em caso de ultrapassagem da linha de crédito autorizada numa conta, serão calculados juros *pro rata temporis*, tal como indicado no preçário do Banco, sobre o montante que ultrapassa a linha de crédito autorizada pelo Banco.

A presente cláusula não pode ser interpretada como autorizando o titular a ultrapassar o saldo da conta. Os juros devedores verificados na conta corrente são capitalizados semestralmente, salvo convenção em contrário com o Banco. Os juros imputados a contas cujo saldo tenha sido ultrapassado são debitados da conta corrente do cliente e imediatamente exigíveis e pagáveis.

Os depósitos em conta corrente, seja qual for a respetiva divisa, não produzem juros, salvo convenção em contrário.

Todas os encargos de natureza fiscal, incluindo o imposto de selo ou de registo, todos os encargos devidos pela transmissão de bens, todas as taxas, direitos ou retribuições exigíveis ou no momento de qualquer operação com o Banco, são a expensas do cliente. Os impostos sobre os rendimentos de capitais que o Banco paga na qualidade de devedor ou intermediário permanecem a expensas do beneficiário dos rendimentos. O Banco está desde logo autorizado a debitar antecipadamente de qualquer conta do cliente todas as somas que o Banco está legalmente obrigado a debitar antecipadamente, relativamente às operações, rendimentos recebidos e outras distribuições lançadas nessa conta.

Salvo estipulação em contrário e com base em fundamentos prudenciais e comerciais, o Banco pode modificar em qualquer altura as taxas de juros devedores e credores, assim como o modo de cálculo dos juros.

O cliente será avisado das modificações segundo o modo previsto ao abrigo das presentes condições gerais. De igual modo, a instituição credora reserva-se o direito de adaptar as comissões e remunerações. Qualquer modificação das comissões, remunerações e taxas confere um direito correlativo ao cliente para rescindir o contrato quando o custo resultante se torna excessivo em relação ao que podia esperar aquando da conclusão do contrato. A versão atual do preçário em vigor encontra-se à disposição dos clientes junto da instituição bancária. O Banco reserva-se o direito de modificar o preçário em qualquer altura de forma unilateral.

Artigo 21: Modificações

Salvo disposição em contrário, o Banco pode a qualquer momento

modificar as Condições Gerais que regem suas relações com o cliente, bem como qualquer contrato e condição específica dos seus produtos e serviços e informará imediatamente o cliente, indicando as cláusulas que pretende alterar ou adicionar, bem como os conteúdos dessas alterações. A existência das modificações é dada a conhecer ao cliente através do site do Banco (seguro ou não), por avisos anexos a extratos de conta ou por qualquer outra correspondência (postal e / ou eletrónica) enviada pelo Banco ao cliente. As alterações e aditamentos são considerados aceites se o cliente não os contestar, por carta endereçada ao Banco por correio postal para o endereço 1 rue Schiller L-2519 Luxembourg, no espaço de trinta dias após a comunicação das novas Condições Gerais. No caso de o cliente se opor a essas alterações, ele deve rescindir o contrato da conta, sem custos e com efeitos imediatos. A não utilização deste direito pelo cliente será automaticamente considerado como uma aceitação às modificações feitas.

Artigo 22: Direito aplicável e jurisdição competente

As relações do Banco com o cliente estão sujeitas ao direito luxemburguês. Todos os litígios são da competência exclusiva dos tribunais de Luxemburgo, Grão-Ducado de Luxemburgo, salvo o direito para o Banco de apresentar o litígio perante outra jurisdição normalmente competente e inclusive a jurisdição de um país no qual o cliente detém ativos. Todas as transações concluídas entre o Banco e o cliente no âmbito da presente relação são consideradas como realizadas nas instalações do Banco.

Em caso de litígio, o cliente com domicílio fora da União Europeia aceita que, para processos de recurso e execução de uma garantia, as citações ou notificações possam ser realizadas junto de um mandatário especial nomeado pelo cliente a pedido do Banco.

DISPOSIÇÕES PARTICULARES

1. Contas

A descrição e a natureza de cada conta aberta, assim como as modalidades particulares do seu funcionamento, são regulamentadas no documento de abertura de conta e nas condições particulares, se houver.

Artigo 23: Contas à ordem

O Banco pode abrir contas à ordem em euros ou divisas para as pessoas singulares ou coletivas no quadro das disposições legais em vigor.

Artigo 24: Contas coletivas e contas conjuntas

O Banco pode abrir contas coletivas, assim como *comptes-joints* («contas conjuntas») em nome de duas ou mais pessoas singulares ou coletivas. Pode ser estabelecida uma convenção particular aquando do início da relação de negócios para determinar as modalidades que regem essas contas.

A conta coletiva exige a assinatura conjunta de todos os titulares.

A conta conjunta rege-se pelo princípio da solidariedade ativa ao acionar para cada titular o direito de operar a conta através de uma assinatura isolada. É acordado que uma conta conjunta que deixe aparecer um saldo devedor resulta para os seus titulares na aplicação do princípio da solidariedade passiva de forma que cada titular responda ao Banco em relação à totalidade do saldo devedor.

Artigo 25: Contas em divisas

Os ativos do Banco que correspondem aos ativos dos clientes em divisas são detidos junto de correspondentes estabelecidos quer no país de origem da divisa em questão, quer num outro país. O cliente suporta proporcionalmente à sua parte as consequências económicas e jurídicas que possam afetar o conjunto dos ativos do banco no país da divisa ou no país onde os fundos são investidos, no seguimento de medidas tomadas por esses países ou países terceiros, assim como no seguimento de acontecimentos de força maior, revolta ou guerra, ou de outros atos exteriores à vontade ou disponibilidade do Banco.

Sem prejuízo das estipulações das presentes condições gerais relativas à unicidade de conta e à compensação, o Banco cumpre as suas obrigações na divisa que corresponde à descrição da conta. O cliente não pode exigir a restituição dos ativos noutra divisa diferente daquela na qual são descritos esses ativos. Em caso de indisponibilidade da divisa em questão, o Banco pode, sem que a isso esteja obrigado, remeter os fundos no montante correspondente em divisa nacional, sendo todas as perdas de câmbio ou outras a expensas do cliente.

O Banco cumpre legitimamente as suas obrigações que resultam das contas em divisas estrangeiras ao proceder às escrituras de crédito ou débito no país da divisa junto de uma instituição bancária correspondente ou de uma instituição bancária designada pelo cliente. Neste último caso, o cliente suporta igualmente o risco de insolvabilidade dessa instituição bancária.

2. Produtos de poupança

Artigo 26: Produtos de poupança

O Banco pode abrir contas de poupança à ordem ou a prazo em euros ou divisas e depósitos à ordem ou a prazo em euros ou divisas para pessoas singulares ou coletivas. Estes produtos de poupança podem, nomeadamente, ser constituídos em contas de poupança ordinária, contas de poupança profissional, contas de poupança a prazo,



depósito à vista e depósitos a prazo, sem prejuízo da denominação comercial desses produtos de poupança.

3. Abertura de empréstimos e créditos

Artigo 27: Forma dos empréstimos e créditos

O Banco pode acordar com o cliente empréstimos com ou sem garantias, assim como, caso necessário, qualquer outro tipo de empréstimo.

O Banco pode acordar com o cliente créditos, nomeadamente sob a forma de créditos na conta corrente, facilidades de caixa, créditos de caixa, descontos a clientes e fornecedores, créditos diretos "salvo bom fim", garantias bancárias e caucões.

O Banco pode proceder a operações de *leasing* em conformidade com as disposições legais em vigor. Estas operações são objeto de convenções particulares.

Artigo 28: Condições gerais dos empréstimos e créditos

Todos os empréstimos e créditos regem-se pelas cláusulas e condições assinadas no âmbito das convenções de empréstimo e crédito concluídas entre as partes, sem prejuízo das estipulações das presentes condições gerais.

Se o empréstimo ou crédito é acordado no nome de várias pessoas singulares ou coletivas ou de uma associação de facto, os co-titulares ou associados estão obrigados de forma solidária e indivisível ao pagamento do saldo devedor. Não podem invocar o benefício de excussão ou de divisão, independentemente da sua qualidade de comerciante ou não comerciante, salvo convenção em contrário.

O empréstimo do Banco é estipulado como indivisível e poderá ser reclamado em parte ou na totalidade a cada um dos co-devedores ou co-obrigados ou seus sucessores.

Os empréstimos, aberturas de créditos e quaisquer adiantamentos consentidos pelo Banco, assim como os penhores, contratos de caução e constituições de hipotecas assinados aquando dessas operações são certificados por atos notariais e/ou atos do Banco em diversos exemplares, dos quais um exemplar fica depositado nos arquivos do Banco.

As estipulações de juros, comissões e despesas dos diferentes tipos de empréstimos e créditos regem-se pelas convenções particulares concluídas entre o cliente e o Banco, assim como pelas estipulações das presentes condições gerais.

4. Efeitos comerciais, cheques e outros instrumentos semelhantes

O cliente deve dar instruções específicas ao Banco no caso de serem necessários meios de execução rápidos para o recebimento de cheques ou efeitos comerciais. No caso de o cliente ter dado tais instruções, o Banco será responsável na eventualidade de execução falhada de tais instruções; se o cliente não deu tais instruções, o Banco será unicamente responsável, no que diz respeito à utilização dos meios de execução rápidos, por culpa grave.

No caso de o Banco se ocupar de efeitos comerciais ou cheques no estrangeiro, será unicamente responsável por culpa grave.

Os efeitos comerciais não ou insuficientemente franquizados com o selo de câmbio podem ser devolvidos pelo Banco. Na falta de instruções contrárias, o Banco pode apresentar efeitos comerciais na sua posse no termo dos mesmos e apresentar protesto na ausência de pagamento. O Banco pode igualmente, para esse efeito, enviar efeitos comerciais emitidos noutros locais num momento adequado.

Se o Banco creditar o cliente do contra-valor de documentos remetidos para recebimento (por exemplo, efeitos comerciais, cheques, levantamentos antecipados automáticos) antes do seu pagamento, esse crédito entende-se como "salvo bom fim", mesmo que o documento a receber esteja domiciliado junto do Banco.

No caso de a informação obtida pelo Banco relativamente a um sujeito cambiário num efeito comercial não ser satisfatória ou se a aceitação por um sujeito cambiário num efeito comercial for alvo de protesto, ou ainda se a situação de um sujeito cambiário com base num efeito comercial se deteriorar de forma considerável, o banco tem o direito de debitar a conta antes do termo dos efeitos comerciais descontadas ou depositadas para recebimento, independentemente do estado da conta e, em particular, sem considerar uma compensação anterior. As mesmas regras são aplicáveis aos cheques.

O Banco pode debitar a conta do cliente no caso de efeitos comerciais ou cheques depositados para recebimento ou descontados não serem pagos aquando da apresentação, ou no caso de a livre disposição dos fundos estar limitada por medidas legais ou oficiais, ou ainda se, por razões independentes da vontade do Banco, os instrumentos não possam ser apresentados a tempo, ou no caso de uma moratória ser decretada no país no qual os efeitos comerciais ou os cheques são pagáveis.

O Banco pode igualmente debitar a conta do cliente no caso de os efeitos comerciais e os cheques não possam ser devolvidos. Se os efeitos comerciais ou os cheques não forem devolvidos, o Banco será unicamente responsável por culpa grave. O Banco esforçar-se-á por receber o contra-valor dos efeitos comerciais e dos cheques debitados, mas não devolvidos, e cederá os seus direitos ao remetente.

O proprietário de cheques é exclusivamente responsável quanto à sua utilização. Será responsável por qualquer dano resultante da perda,

roubo ou utilização abusiva ou fraudulenta que é feita dos mesmos.

Se o Banco for novamente debitado dos efeitos comerciais ou cheques em aplicação de uma legislação estrangeira ou de uma convenção interbancária relativamente a assinaturas falsificadas ou outras disposições, o Banco tem o direito de debitar a conta do cliente. Se o Banco for informado da emissão de um cheque por um cliente, poderá bloquear uma soma no montante do cheque emitido, debitando a conta do cliente até que este cheque tenha sido apresentado para pagamento. O Banco pode igualmente, em qualquer altura, tomar tal medida se for feita oposição ao pagamento de um cheque, até que os tribunais tenham tomado uma decisão final sobre o bom fundamento dessa oposição.

Se o Banco receber efeitos comerciais, os empréstimos subjacentes relativos aos efeitos comerciais ou a sua aquisição pelo cliente, em conjunto com todos os outros direitos existentes ou futuros conforme as transações em causa, transmitir-se-ão de forma simultânea para o Banco. O cliente deverá, a pedido do Banco, estabelecer um ato de cessão a favor do Banco. Nos casos em que a garantia relativa aos empréstimos e direitos não se transmita para o Banco em aplicação da primeira fase deste parágrafo, o Banco poderá exigir que esses empréstimos e direitos lhe sejam cedidos. A mesma regra aplica-se a outros instrumentos recebidos para recebimento, nomeadamente cheques, levantamentos antecipados automáticos, ordens de pagamento ou faturas.

No caso de o Banco receber aceitações ou garantias relativas a efeitos comerciais, e se tem a obrigação de examinar especificamente a autenticidade de assinaturas e o poder e identidade do signatário, será unicamente responsável por culpa grave.

As provisões dos efeitos comerciais aceites pelo Banco no nome de um cliente devem estar em poder dos bancos pelo menos um dia útil antes do seu termo; se tal não for o caso, o Banco cobrará, por sua decisão razoável, uma comissão especial adequada; a comissão de aceitação cobre unicamente a aceitação.

Os efeitos comerciais pagáveis ao Banco devem unicamente ser honradas pelo Banco se forem recebidas a tempo instruções por escrito com vista ao pagamento, comportando todas as informações necessárias e desde que exista provisão suficiente.

O Banco emite a pedido dos clientes, direta ou indiretamente, cartões de crédito, em aplicação da política de emissão e do preçário em vigor. Estes cartões de crédito estão sujeitos às condições gerais da empresa de cartões de crédito em causa que formam parte integrante das presentes condições gerais.

5. Operações sobre instrumentos financeiros

Artigo 29: Definição de "instrumento financeiro"

No âmbito das presentes condições gerais, entende-se por "instrumentos financeiros" todos os instrumentos financeiros e outros títulos na aceção mais lata, incluindo, nomeadamente, os certificados de depósito, obrigações de caixa e todos os outros títulos representativos de direitos de propriedade, créditos ou valores mobiliários, materiais ou imateriais, transmissíveis por inscrição em conta ou por tradição, ao portador ou nominativos, endossáveis ou não. A noção de instrumentos financeiros compreende igualmente os títulos que representam uma participação nas diferentes formas de organismos de colocação coletiva do direito luxemburguês ou estrangeiro, incluindo, se necessário, os fundos de pensão complementar.

Cada tipo de instrumento financeiro possui as suas próprias características e tem riscos específicos. Certos instrumentos podem não convir a um determinado cliente tendo em conta a sua classificação (cliente particular ou profissional) ou o seu perfil.

É fornecida ao cliente documentação com a descrição geral desses instrumentos financeiros e riscos que lhes estão associados.

Artigo 30: Depósitos de instrumentos financeiros

O cliente pode depositar ou remeter instrumentos financeiros luxemburgueses e estrangeiros em depósito no Banco. A constituição de qualquer depósito de instrumentos financeiros implica a abertura de uma conta corrente de numerário, a menos que o titular não tenha já uma. Os débitos e créditos relativos às compras e vendas de títulos, às operações sobre títulos e aos pagamentos de comissões podem ser contabilizados na conta de numerário relativa ao depósito de títulos.

O Banco não assume para com o cliente outras obrigações além das previstas nos artigos 1927 e seguintes do Código Civil.

O Banco pode agir quer na qualidade de mandatário, quer na qualidade de contraparte do cliente nas operações sobre instrumentos financeiros.

O Cliente recebe do Banco um recibo de depósito que constitui o seu título de propriedade e do qual constam os detalhes quanto ao número e valor nominal dos instrumentos financeiros depositados, designação do emissor, cupões anexos, local de depósito e, se necessário, números dos títulos, assim como a data do depósito.

Os títulos devem ser de boa entrega, isto é, autênticos, em bom estado material, sem oposições, não deteriorados, sequestráveis em qualquer local e munidos de todos os cupões a vencer. O Cliente é responsável pelos danos resultantes da falta de autenticidade ou pelos defeitos aparentes ou ocultos dos valores por si depositados. Qualquer



título reconhecido como sendo de má entrega após a sua colocação em depósito é, na medida do possível, retirado do depósito de títulos do cliente. No caso contrário, o cliente está obrigado a substituir de imediato os títulos. Na falta disso, a conta de numerário é debitada durante o dia do débito sem limite de prazo.

Os instrumentos financeiros confiados ao Banco são, por decisão do Banco, conservados quer em depósitos fungíveis, quer em depósitos não fungíveis. O Banco pode conservar os instrumentos financeiros nos seus próprios cofres ou depositá-los nos seus correspondentes nacionais ou estrangeiros autorizados e sujeitos a uma supervisão oficial no Luxemburgo ou no estrangeiro ou junto de um sistema de *clearing* sem ser necessário avisar o depositante.

As transferências ou remissões de instrumentos financeiros em proveito de um cliente junto de um depositário autorizado do banco no estrangeiro apenas lhe são adquiridos definitivamente a partir do momento em que os fundos que constituem a contraparte dos instrumentos financeiros são efetivamente creditados na conta do Banco junto do correspondente, não obstante a receção prévia de um aviso de transferência ou a celebração eventual da escritura no crédito da conta do cliente junto do Banco.

O Banco informa o cliente que os depositários autorizados selecionados pelo Banco poderão depositar os instrumentos financeiros do cliente junto de entidades terceiras em aplicação de critérios de seleção que não correspondem necessariamente aos do Banco.

As contas que contêm instrumentos financeiros do cliente estão sujeitas e os direitos do cliente são determinados pelas leis, convenções e usos aplicáveis no depósito junto dos depositários autorizados, implicando, se necessário, a atribuição de determinados juros e privilégios sobre os instrumentos financeiros neles depositados. Os instrumentos financeiros do cliente poderão ser detidos pelo Banco em contas globais que não permitem uma segregação dos instrumentos financeiros do cliente e dos instrumentos financeiros de outros clientes do banco depositados na mesma conta. A detenção dos instrumentos financeiros do cliente em contas globais no estrangeiro estará sujeita às regras locais. É possível que o cliente não disponha de um direito de reivindicação pessoal sobre os instrumentos financeiros assim depositados entre as mãos de terceiros.

O Banco não assume qualquer responsabilidade em caso de perda ou não restituição dos instrumentos financeiros devida a uma ação ou omissão da parte dos seus depositários autorizados ou no caso da insolvabilidade destes. No caso de instrumentos financeiros idênticos detidos pelo Banco sobre uma conta global serem restituídos ao Banco em número insuficiente para fazer face aos pedidos de restituição dos seus clientes, o Banco tem o direito de reduzir os pedidos dos seus clientes *pro rata* dos instrumentos financeiros restituídos pelo terceiro.

No caso de o Banco guardar os valores remetidos em depósito, por conta e risco do cliente, junto de correspondentes e/ou de centros de depósito coletivos escolhidos pelo cliente no Luxemburgo ou no estrangeiro, a sua responsabilidade limita-se à seleção e à instrução cuidadosa do terceiro depositário que o cliente cobrou.

Os títulos depositados são objeto de extractos numéricos remetidos ao cliente, que deve proceder à sua verificação; o Banco não assume qualquer responsabilidade em caso de erro na inscrição dos números dos valores.

Por derrogação do artigo 1932 do Código Civil e em conformidade com a legislação relativa à circulação dos instrumentos financeiros e ao esbulho de títulos ao portador, o cliente reconhece ao Banco o direito de lhe restituir instrumentos financeiros da mesma natureza e quantidade, sem concordância de números.

Os levantamentos físicos de instrumentos financeiros, na medida em que os instrumentos não são imateriais e podem ser entregues, apenas são possíveis mediante pré-aviso, no cumprimento dos prazos de entrega e em função do local de depósito efetivo.

O transporte ou a transferência dos instrumentos financeiros tem lugar a expensas do depositante.

O cliente recebe, pelo menos uma vez por ano, um extracto, que termina no fim do exercício, com uma valorização dos títulos depositados. Qualquer reclamação que o cliente pretenda formular a respeito da exatidão deste extrato deve ser apresentada ao Banco até 30 dias após a expedição.

O direito de guarda e outras despesas relativas ao depósito de títulos são debitados periodicamente da conta corrente do cliente, sem outra instrução da sua parte. Além do reembolso destas despesas incorridas, o Banco estará no direito de debitar da conta do cliente uma comissão pelos seus serviços que varia consoante a natureza da operação.

Em caso de perda dos títulos depositados, fora dos casos de força maior e sob reserva das presentes condições gerais, o Banco poderá, por sua decisão, restituir títulos do mesmo valor ou pagar o contravalor sem que a sua responsabilidade possa estender-se para além disso.

Artigo 31: Operações sobre produtos derivados

O cliente que dá ao Banco ordens de compra ou venda de produtos

derivados ou outros instrumentos de efeito de alavancagem é informado que os produtos e serviços podem comportar um risco de perda considerável.

O cliente que pretenda efetuar operações sobre produtos derivados reconhece que o Banco o alertou sobre o risco elevado inerente a tais operações. Nessa ótica, uma nota específica deve ser assinada pelo cliente.

Na falta de instrução do cliente, em caso algum o Banco é obrigado a tomar qualquer iniciativa quanto ao seguimento a tomar quanto aos diferentes produtos.

Artigo 32: Cupões e títulos reembolsáveis

O Banco encarrega-se do recebimento de todos os cupões e títulos reembolsáveis. A remissão de cupões e títulos reembolsáveis para desconto implica a autorização para o Banco de os apresentar no recebimento junto do correspondente da sua escolha. O Banco não poderá ser considerado responsável pelas consequências que possam resultar deste envio. O Banco reserva-se o direito de reclamar, no decurso do dia de devolução, o montante de todos os cupões/títulos que não pode receber independentemente do motivo.

O pagamento de cupões e títulos reembolsáveis faz-se sob dedução das despesas e comissões calculadas em conformidade com o preçário em vigor no Banco, assim como dos encargos fiscais aplicáveis no momento da receção.

Os cupões e os títulos reembolsáveis são pagos em conformidade com as modalidades fixadas pelo emissor dos títulos.

6. Serviços de investimento e Serviços auxiliares

Esta secção "Serviços de investimento e Serviços auxiliares" aplica-se à prestação pelo Banco de serviços de investimento e serviços auxiliares relativos a instrumentos financeiros.

Em caso de diferença entre esta secção "serviços de investimento e serviço auxiliares" e qualquer outra secção das presentes condições gerais, aquela prevalecerá.

Artigo 33: Serviços de investimento e auxiliares, investimentos e estratégias de investimento

O Banco forneceu separadamente ao cliente particular ou cliente profissional (tal como definidos abaixo) as informações sobre o Banco e os seus serviços de investimento e auxiliares, instrumentos financeiros, investimentos e estratégias de investimento, na medida em que tal fornecimento seja exigido pela e em conformidade com a legislação aplicável e as presentes condições gerais. Estas informações visam ajudar o cliente a compreender a natureza e os riscos associados aos instrumentos financeiros, investimentos e estratégias de investimento. O Banco atualizará essas informações periodicamente e comunicará (na medida em que tal comunicação seja exigida pela e em conformidade com a legislação aplicável e as presentes condições gerais) as ditas informações ao cliente particular e cliente profissional. O cliente particular ou cliente profissional deverá referir-se à informação pertinente mais recente fornecida pelo Banco antes da conclusão de uma transação relativa a qualquer um dos instrumentos financeiros em questão.

Artigo 34: Estatuto do cliente

Notificação do estatuto do cliente - Geral

O cliente foi informado separadamente do seu estatuto enquanto contraparte elegível ("contraparte elegível") ou enquanto cliente profissional ("cliente profissional"), ou enquanto cliente particular ("cliente particular"). Sob reserva do direito do cliente para exigir um estatuto diferente tal como indicado abaixo, o cliente assim classificado pelo Banco será tratado por este enquanto tal para todos os efeitos. A classificação baseia-se em regras internas de classificação dos clientes do Banco. Diferentes regras e diferentes níveis de proteção são aplicáveis ao cliente segundo a sua classificação do cliente.

Alteração do estatuto de cliente profissional / contraparte elegível

Se o banco classificou o cliente como cliente profissional ou contraparte elegível, o cliente consente informar o Banco imediatamente se considera, não importa em que momento, que já não se enquadra na definição de cliente profissional ou contraparte elegível.

Se o Banco se der conta de que o cliente classificado por si como cliente profissional / contraparte elegível já não reúne as condições iniciais exigidas para ser tratado como cliente profissional / contraparte elegível, o Banco pode tomar todas as medidas necessárias, com vista à alteração da categoria do cliente enquanto cliente profissional ou cliente particular.

Estatuto da contraparte elegível

Se o Banco classificou o cliente como contraparte elegível, o Banco tratará o cliente como tal unicamente para os serviços ditos de contraparte elegível. Para qualquer outro tipo de serviço oferecido pelo Banco ao cliente, o Banco tratará o cliente enquanto como profissional. Sob determinadas condições, o cliente pode solicitar um estatuto diferente, tal como explicado na carta de classificação fornecida ao cliente.

Artigo 35: Idioma

O cliente particular pode comunicar com o Banco em francês, inglês



ou português. Todos os documentos habituais do Banco podem, como regra, ser obtidos pelo cliente particular em francês ou inglês ou português, consoante a disponibilidade do Banco.

As comunicações entre o Banco e o cliente particular far-se-ão igualmente num idioma diferente do francês e acordado entre o Banco e o cliente particular, tal como registado nos ficheiros do Banco.

Artigo 39: Métodos de comunicação, fornecimento de informações e queixas **Métodos de comunicação**

O cliente particular pode comunicar com o Banco por via postal, fax ou, sob determinadas condições, correio eletrónico ou telefone. Todas as comunicações entre o Banco e o cliente particular serão feitas para a morada, número de fax ou, sob determinadas condições, correio eletrónico ou telefone e o departamento indicado no formulário de abertura de conta ou em qualquer outra comunicação por escrito posterior da(s) alteração(ões).

As comunicações entre o cliente particular e o Banco são consideradas como recebidas:

- Se enviadas por via postal 3 dias úteis após a data de envio (ou 5 se enviadas para / ou de um local fora do Luxemburgo);
- Se retidas pelo Banco segundo instruções do cliente: o dia útil seguinte à data indicada nos documentos retidos;
- Se enviadas por fax: na data lançada num relatório de transmissão que indica que o fax foi enviado;
- Se enviadas por correio eletrónico: no dia seguinte ao envio;
- Se publicadas no sítio *Web* do Banco: no dia seguinte a uma tal publicação; ou
- Se as comunicações do Banco são feitas num dos seus documentos por referência a um sítio *Web* no qual são publicadas, são consideradas como recebidas pelo cliente particular na data lançada no documento em questão.

As ordens podem igualmente ser dadas por telefone, correio eletrónico ou através do sítio *Web* do Banco se o cliente particular acordou previamente e nesse sentido com o Banco.

Fornecimentos de informações

As informações serão fornecidas pelo Banco ao cliente particular em papel ou, se o cliente particular o solicitar ou, se o Banco escolher e o cliente particular consentir (desde que exigido pela e em conformidade com a legislação aplicável ou as presentes condições gerais), por correio eletrónico ou todos os outros meios de comunicação.

O Banco informará o cliente particular de qualquer modificação importante nas informações que forneceu ao cliente particular utilizando o mesmo meio através do qual essas informações foram inicialmente fornecidas (salvo acordo em contrário). Uma tal alteração produzirá efeito no dia determinado no aviso.

Reclamações

Se o cliente tem uma reclamação relativa ao Banco, deve endereçá-la inicialmente ao seu gestor de conta. Se o cliente não ficar satisfeito com a resposta dada pelo gestor de conta, o cliente pode tratar a reclamação com o diretor-geral do Banco. A pedido do cliente, pode ser fornecida uma cópia do procedimento interno do Banco de tratamento das reclamações.

Artigo 37: Relatório geral

O Banco enviará ao Cliente particular relatórios sobre o serviço fornecido ao Cliente particular, pelo menos, duas vezes por ano, e incluirá nesses relatórios os custos associados às transações e serviços realizados pelo Banco ao Cliente particular.

Artigo 38: Confirmações (relativas à execução de ordens não dependentes de um mandato de gestão de carteira discricionária)

Quando o Banco executa uma ordem por conta do cliente particular ou do cliente profissional, fornece ao cliente particular ou cliente profissional (se exigido pela legislação aplicável) uma confirmação da transação.

Além disso, o Banco enviará, pelo menos, uma vez por ano, ao cliente particular ou cliente profissional para o qual detém instrumentos financeiros um extrato relativo a esses instrumentos financeiros, a menos que esse extrato já esteja incluído noutro documento. Estes extratos serão enviados ao Cliente particular ou cliente profissional na medida que tal envio seja exigido pela e em conformidade com a legislação aplicável e as presentes condições gerais.

Artigo 41: Relatórios periódicos relativos à gestão discricionária de carteiras

Quando o Banco gere investimentos para o cliente particular ou cliente profissional, o Banco enviará ao cliente particular ou cliente profissional ou, se o cliente particular ou cliente profissional o consentir expressamente por escrito, publicará no seu sítio *Web* um extrato da conta do cliente particular ou cliente profissional.

O Banco enviará igualmente ao cliente particular um extrato da avaliação da sua carteira e/ou dos ativos e fundos detidos pelos clientes. O Banco fá-lo-á no fim de cada semestre. Em alternativa, o cliente particular pode solicitar que o Banco lhe envie um extrato da sua conta trimestralmente, ou optar por receber informações sobre as transações executadas pelo Banco por sua conta, transação a transação, sendo que nesse caso o Banco enviar-lhe-á um extrato da sua conta a cada 12 meses e irá fornecer-lhe igualmente uma

confirmação de cada transação executada por sua conta. Se a carteira do cliente particular estiver sujeito a um efeito de alavancagem, o Banco fornecer-lhe-á um extrato mensal. Se o cliente profissional optar por receber informações sobre transações executadas pelo Banco por sua conta, transação a transação, o Banco fornecer-lhe-á as informações essenciais relativas a cada transação, após a execução de uma tal transação.

Artigo 40: Transações que implicam compromissos condicionais

Quando o Banco gere investimentos para o cliente particular e a conta do cliente particular comporta uma posição aberta não coberta numa transação que implica compromissos condicionais e para a qual o Banco acordou um limite de perda, o Banco informará o cliente particular de qualquer perda que exceda o limite aplicável, se o houver, acordado entre o Banco e o cliente particular, até ao fim do dia útil no decurso do qual o limite foi excedido ou (no caso de esse limite não ter sido excedido no decurso de um dia útil), o primeiro dia útil seguinte.

Artigo 41: Serviços de execução simples relativamente a instrumentos financeiros não complexos

Geral

Quando o Banco fornece ao cliente particular ou cliente profissional serviços de execução simples relativos a instrumentos financeiros não complexos (por exemplo, as ações admitidas a negociação num mercado regulamentado, instrumentos do mercado monetário, obrigações e OICVM (organismos de investimento colectivo em valores mobiliários), o Banco não está obrigado a obter do cliente particular ou cliente profissional informações relativas aos seus conhecimentos e à sua experiência para permitir ao Banco avaliar a natureza adequada do produto ou serviço fornecido ou oferecido. Por conseguinte, o cliente particular ou cliente profissional não beneficiará da proteção correspondente das regras de conduta pertinentes que obrigam o Banco a avaliar a natureza adequada do produto ou serviço para o cliente particular ou cliente profissional.

Atualização das informações

É da responsabilidade do cliente particular ou cliente profissional assegurar que todas as informações fornecidas ao Banco, tendo em vista a avaliação da natureza adequada de um produto ou serviço que pretenda subscrever estão atualizadas. O Banco está autorizado a presumir que o cliente profissional dispõe dos conhecimentos e da experiência necessários no domínio de investimento relativo ao produto ou serviço fornecido. Se o cliente profissional considerar que não tem os conhecimentos e a experiência necessários, deve informar disso o Banco, antes do fornecimento de um tal produto ou serviço e fornecer ao Banco as informações supra citadas.

Artigo 42: Instrumentos financeiros e fundos dos clientes

Utilização dos instrumentos financeiros pelo Banco

Mediante o acordo expresso do cliente, o Banco pode fazer uso dos instrumentos financeiros do cliente no quadro de operações de cessão temporária dos títulos (por exemplo, empréstimos ou dívidas de ações ou empréstimos ou dívidas de outros instrumentos financeiros, acordos de revenda de títulos ou transações de resgate-venda ou de venda-resgate de títulos) ou, de uma maneira geral, por sua própria conta ou por conta de outro cliente.

Informação em caso de conservação de instrumentos financeiros e/ou fundos dos clientes

Quando os ativos do cliente particular são detidos por terceiros, o Banco não é responsável por perdas ou prejuízos que possam ser causados ao cliente particular resultantes de um ato ou de uma omissão por parte desse terceiro, salvo em caso de negligência, dolo ou fraude do Banco, aquando da seleção inicial desse terceiro depositário. Em caso de incumprimento ou insolvabilidade do terceiro depositário, o cliente particular poderá não recuperar a integralidade dos seus ativos.

Quando o Banco depositou ativos do cliente particular junto de terceiros, este poderá deter os ativos do cliente particular numa conta global para todos os clientes do Banco. Em caso de incumprimento ou insolvabilidade do terceiro, se os ativos detidos nessa conta global forem insuficientes, o cliente particular poderá não recuperar todos os seus ativos.

Pode dar-se o caso que o direito nacional aplicável a esse terceiro não permita identificar separadamente os ativos detidos por conta do Cliente particular ou cliente profissional dos ativos próprios desse terceiro ou dos ativos próprios do Banco. Em caso de insolvabilidade ou incumprimento desse terceiro, se os ativos disponíveis forem insuficientes para satisfazer todos os pedidos, o cliente particular ou Cliente profissional poderá não recuperar todos os seus ativos.

Quando os ativos ou os fundos do cliente particular ou cliente profissional estão sujeitos a outro direito que não o de uma jurisdição do EEE, os direitos do cliente particular ou cliente profissional em caso de incumprimento ou insolvabilidade podem ser diferentes (e reduzidos).

Artigo 43: Conflitos de interesses

Ao abrigo da legislação aplicável, o Banco está obrigado a implementar acordos que lhe permitam gerir os conflitos de interesses



entre o Banco e os seus clientes e entre os diferentes clientes.

O Banco deve aplicar uma política de conflitos de interesses que o Banco tenha implementado para esse fim e por meio da qual o Banco identifica as circunstâncias que são suscetíveis de originar um conflito de interesses e, em cada caso, as medidas que o Banco deverá tomar para gerir esse conflito.

O Banco forneceu separadamente ao cliente particular um resumo da sua política de conflitos de interesses. Serão fornecidas informações suplementares sobre esta política ao cliente particular, a pedido deste. Quando os acordos no quadro da política de conflitos de interesses não permitem gerir um conflito específico, o Banco informará o cliente da natureza do conflito.

O cliente reconhece que a sua carteira pode incluir produtos internos do Banco e do grupo ao qual o Banco pertence.

Artigo 44: Vantagens

No quadro da prestação de serviços ao cliente particular ou cliente profissional, o Banco pode pagar a terceiros ou receber de terceiros remunerações, comissões ou outras vantagens não monetárias. Será fornecido num documento separado um resumo das condições principais destes acordos se exigido pela e em conformidade com a legislação aplicável ou as presentes condições gerais.

Podem ser fornecidas informações suplementares sobre esses montantes ao cliente particular ou cliente profissional, a pedido escrito deste.

Artigo 45: Adequação

Sempre que o Banco envie uma recomendação de investimento personalizada a um cliente particular ou cliente profissional ou sempre que tome uma decisão de negociar por conta do cliente particular ou cliente profissional no âmbito da prestação do serviço de consultoria em investimento ou do serviço de gestão de carteiras do cliente particular ou cliente profissional, o Banco é obrigado a tomar medidas razoáveis a fim de determinar se tais serviços são adequados ao cliente particular ou cliente profissional com base nas informações prestadas pelo cliente particular ou cliente profissional sobre os objetivos de investimento, a situação financeira e os conhecimentos e a experiência do cliente particular ou cliente profissional no âmbito do investimento em questão.

O Banco está autorizado a presumir que o cliente profissional possui o nível exigido de conhecimentos e experiência no domínio de investimento em questão. Salvo nos casos em que o Banco tenha alterado a categoria do cliente para a categoria cliente profissional, o Banco está igualmente autorizado a presumir que o cliente profissional está financeiramente habilitado a suportar todos os riscos associados ao investimento compatível com os seus objetivos de investimento. Quando o cliente profissional considera que tal não é o caso, deve informar o Banco antes da prestação de um dos serviços mencionados nesta secção pelo banco ao cliente profissional e fornecer ao Banco todas as informações disponíveis relativas ao nível dos seus conhecimentos e experiência e/ou situação financeira, se necessário.

Atualização das informações relativas à adequação

É da responsabilidade do cliente particular ou cliente profissional assegurar que as informações solicitadas pelo Banco para poder avaliar a adequação se encontram atualizadas, nomeadamente as informações relativas (i) aos objetivos de investimento, (ii) à situação financeira e (iii) aos conhecimentos e à experiência do cliente particular ou cliente profissional, em termos de investimento relacionado com o produto ou serviço fornecido ao cliente particular ou cliente profissional.

Consultoria em investimento

Se uma recomendação personalizada for endereçada ao cliente particular ou cliente profissional, apenas será válida no momento em que é prestada, salvo indicação expressa em contrário. O cliente particular ou cliente profissional já não pode basear-se numa tal recomendação num momento posterior ao da sua emissão.

Artigo 46: Melhor execução

Quando o Banco executa ordens por conta do cliente particular ou cliente profissional e coloca ordens junto de ou transmite ordens a outras entidades para a sua execução, o Banco atua em conformidade com a sua política de execução de ordens ("política de execução de ordens"), nos termos em que periodicamente for sendo atualizada.

O Banco forneceu separadamente ao cliente particular ou cliente profissional um resumo da sua política de execução de ordens. Um resumo da versão da política de execução de ordens em vigor pode ser obtido através do gestor de conta do cliente particular ou cliente profissional.

Em diversas circunstâncias o Banco não tem obrigação de uma melhor execução perante o cliente particular ou cliente profissional, tal como descritas mais detalhadamente na política de execução de ordens. Estas situações incluem os seguintes casos:

Quando o cliente profissional contacta o Banco a fim de obter um preço para determinado instrumento financeiro, salvo pedido expresso por escrito em contrário, e se o Banco aceitar um tal pedido, o Banco não está obrigado a fornecer a melhor execução relacionada com esta transação.

De igual modo, na medida em que o cliente particular ou cliente

profissional dá instruções específicas ao Banco e sendo a ordem é executada segundo estas instruções, o Banco também não está obrigado à melhor execução.

Quando o cliente particular ou cliente profissional acede diretamente aos mercados através de um acesso direto aos mercados fornecido pelo Banco, o Banco não tem obrigação de melhor execução para com o cliente particular ou cliente profissional, exceto se o Banco decidir discricionariamente para qual sistema de execução será encaminhada uma ordem.

Artigo 47: Tratamento das ordens

Geral

O Banco trata as ordens de clientes e as ordens por conta própria rapidamente e pela sua ordem de chegada em conformidade com as condições prevalecentes no mercado. O Banco pode agrupar as ordens do cliente com as suas próprias ordens e/ou com as ordens de outros clientes. Ao aprovar as presentes condições gerais, o cliente consente que o Banco possa agregar as ordens de clientes desta maneira.

Local de execução

O Banco reserva-se a escolha do local de execução das ordens salvo estipulação especial do cliente em contrário. Ao submeter ao Banco uma ordem para execução, o cliente aceita que o Banco possa executar essa ordem fora de um mercado regulamentado ou de um sistema multilateral de negociação.

7. Gestão discricionária de Carteiras

Artigo 48: Prestações de gestão discricionária e de gestão de consultoria

Com base em convenções particulares, o Banco poderá encarregar-se da consultoria, investimento e gestão do património dos clientes. Cada um desses serviços pode ser realizada no quadro de um contrato de gestão discricionária de carteiras (por fundos de investimentos ou não) ou de um contrato de consultoria individual.

Um acordo separado determinará as modalidades e retribuições em matéria de mandato de gestão de carteiras.

O cliente compromete-se a fornecer ao Banco todas as informações necessárias para permitir ao Banco avaliar se o serviço de investimento ou instrumento financeiro em questão é adequado ao cliente, tendo em conta os seus objetivos de investimento, as capacidades financeiras para fazer face aos riscos associados ao investimento e a experiência e os conhecimentos para apreender esses riscos. Na impossibilidade de poder proceder a essa avaliação, o Banco abster-se-á de recomendar este serviço ou instrumento ao cliente.

8. Metais preciosos

Artigo 49: Contas de metais preciosos

O Banco poderá executar ordens de compra e venda de metais preciosos, assim como de moedas ou medalhas, quer na forma física, quer na forma escritural.

Os metais e moedas depositados pelo cliente junto do Banco ou adquiridos por este por sua conta são guardados em depósito regular e fungível, salvo convenção em contrário. As inscrições em conta far-se-ão por gramas, onças ou unidades no caso das moedas e as contas não produzirão quaisquer juros, dividendos ou rendimentos a favor do cliente. O Banco pode exigir direitos de guarda para esses depósitos.

A entrega física dos metais e moedas, desde que possível, faz-se no Luxemburgo, sendo todas as despesas por conta do cliente. No caso de o cliente exigir que seja feita noutra local, e o banco consinta, a entrega é feita por conta e risco do cliente, suportando este todas as despesas da entrega. O cliente deve avisar o Banco pelo menos quinze dias úteis antes da data pretendida de entrega. As modalidades de entrega são livremente fixadas pelo Banco.

Os depósitos de metais preciosos são representados por inscrições em conta de metais preciosos aberta no nome do cliente e o Banco remeterá um recibo no nome do cliente pelos valores recebidos em depósito. Os recibos e estados daí decorrentes não podem ser cedidos nem caucionados.

No demais, o depósito de metais rege-se pelas disposições legais aplicáveis.

9. Crédits Lombard

Artigo 50: Prestação de *crédit Lombard*

O *crédit Lombard* consiste numa disponibilização temporária de liquidez. Visa quer o financiamento de investimentos em instrumentos financeiros junto do Banco, quer o financiamento de qualquer outro projeto previamente acordado pelo Banco. Os direitos e obrigações das partes são regidos por uma convenção particular de *crédit Lombard*.

O *crédit Lombard* é acordado tendo em consideração os ativos depositados pelo(s) creditado(s) junto do Banco com base numa convenção particular que determina as modalidades específicas deste produto.

O *crédit Lombard* pode ser acordado sob a forma de empréstimo ou linha de crédito. O seu montante é fixado em função da valorização, assim como dos coeficientes de risco, incluindo os riscos de câmbio, dos ativos depositados em garantia junto do Banco e dos



investimentos projetados pelo cliente.

O cliente afeta em penhor em proveito do Banco todos os seus ativos elegíveis que estão ou estarão na posse do Banco para fins de garantia do reembolso do montante de capital, juros, despesas e acessórios de todo o crédito existente ou futuro que a instituição bancária detém ou deterá sobre o(s) creditado(s). Este penhor inclui, nomeadamente, os títulos representativos de direitos de propriedade, créditos ou instrumentos financeiros e os créditos de somas de dinheiro atual ou futuramente pertencentes ao cliente e das quais o Banco é ou será detentor ou devedor para com este último. Os reembolsos devem ser efetuados na mesma divisa com que o *crédit Lombard* foi concedido.

10. Serviços de pagamento

Artigo 51: Definição

A lei luxemburguesa de 10 de novembro de 2009 relativa aos serviços de pagamento, tal como modificada, relativamente aos serviços de pagamento e que resulta da transposição da diretiva europeia 2007/64/CE (a seguir designada por "Lei SDP") aplica-se às operações de pagamento efetuadas na zona UE/EEA em euros ou em divisas de um Estado-membro fora da zona euro ou numa divisa da EEA.

Artigo 52: Princípios

Quando o Banco fornece aos seus clientes um serviço de pagamento, fá-lo em conformidade com a Lei SDP, que permite depositar, levantar, transferir fundos para uma conta de pagamento ou executar operações de pagamento (domiciliação, transferências, ordens permanentes). As presentes Condições Gerais aplicam-se no seu conjunto aos serviços de pagamento.

Artigo 53

Artigo 53.1: Consumidor

Quando o cliente é um consumidor, isto é, uma pessoa singular que age com objetivos alheios à sua atividade comercial ou profissional, beneficia em qualquer serviço de pagamento de um regime de transparência das condições e das exigências em matéria de informações tal como previstas no artigo 54 (Informações gerais prévias). O cliente e o Banco acordam que estas disposições não são aplicáveis ao cliente que não é um consumidor.

Artigo 53.2: Contratos-quadros

Todo o cliente que realiza uma série de operações a partir de uma conta de pagamento tem direito às informações gerais prévias constantes do artigo 54. As presentes Condições Gerais [(incluindo quaisquer anexos)] constituem um contrato-quadro para os efeitos da Lei SDP.

Artigo 53.3: Operação isolada

O Banco não presta serviços relacionados com uma operação de pagamento isolada (operação automática, transferência, etc.) que seja considerada como realizada fora do âmbito de uma conta de pagamento.

Artigo 53.4: Despesas de informação

Salvo acordo entre as partes, o Banco não imputará quaisquer despesas ao cliente por lhe fornecer as informações que a Lei SDP lhe impõe.

Artigo 54: Informações gerais prévias

Qualquer cliente consumidor que efetue uma operação de pagamento tem direito a obter as informações seguintes, mediante um simples pedido endereçado ao Banco, em suporte durável. O Cliente reconhece ter recebido essas informações em suporte durável pré-contratualmente ou, se, a pedido do cliente, as presentes Condições Gerais são concluídas através de um meio de comunicação à distância que não permite um tal envio prévio, imediatamente após a aceitação das presentes condições gerais.

1) Sobre o prestador do serviço de pagamento

NOVO BANCO, S.A. - Succursale Luxembourg (Endereço eletrónico: info@novobancoluxembourg.lu; Sítio Web: www.novobancoluxembourg.lu) é uma instituição de crédito autorizada a exercer as atividades de prestador de serviços de pagamento.

2) Sobre a utilização de um serviço de pagamento

a) Os serviços de pagamento prestados aos clientes dizem respeito às ordens de transferências enviadas e recebidas, ordens de domiciliação e transferências permanentes, no Grão-Ducado do Luxemburgo e no estrangeiro.

b) O Banco pode recorrer, para as transferências de ordens, aos serviços dos seus correspondentes ou de terceiros, assim como aos sistemas de *clearing*, por conta e risco do ordenante.

c) O cliente reconhece que o Banco é legalmente obrigado a indicar, na ocasião de transferências, o nome, a morada e o número de conta do ordenante, respetivamente, um identificador do ordenante. Para esse fim, o cliente compromete-se a fornecer ao Banco informações precisas ou o seu identificador único (IBAN para o Luxemburgo, ao qual se acrescenta o BIC em caso de transferências transfronteiriças) para os fins de execução correta da sua transferência, na falta do que o Banco não será responsável pela inexecução ou má execução da operação de pagamento; não obstante, quando o mandante escolha deliberadamente não indicar o nome e/ou morada do beneficiário de uma ordem de transferência, o Banco poderá proceder à execução da

ordem com base na mera indicação do banco e da conta a creditar.

d) O Banco e o cliente acordam que o cliente poderá prestar o seu consentimento à execução de uma operação de pagamento depois ou antes da sua execução. Este consentimento poderá ser prestado e retirado por correio, telecópia ou na presença do cliente; na ausência de um tal consentimento, a operação é considerada como não autorizada. O consentimento pode ser retirado pelo cliente em qualquer altura, mas não após o momento de irrevogabilidade previsto no artigo 57 (Irrevogabilidade de uma ordem de pagamento). O consentimento para a execução de uma série de operações de pagamento pode igualmente ser retirado levando a que qualquer operação posterior deva ser considerada como não autorizada.

e) Quando o Banco recebe por correio ou telecópia uma ordem de pagamento do cliente, aplica o datador horário no documento e rubrica-o. O Banco e o cliente acordam que o momento de receção da ordem de pagamento é o dia útil em que a ordem de pagamento transmitida diretamente pelo cliente ou indiretamente por ou através de um beneficiário é recebida pelo Banco; na hipótese em que a receção da ordem de pagamento não seja feita no decurso de um dia útil para o Banco, a ordem de pagamento é considerada como tendo sido recebida no dia útil seguinte; o Banco declara que qualquer ordem de pagamento em euros recebida além das 14 horas (hora do Luxemburgo) será considerada como tendo sido recebida no dia útil seguinte.

f) O atraso de execução máximo no decurso do qual o serviço de pagamento deve ser fornecido pelo Banco é de três (3) dias úteis, ao qual acresce um dia no caso de uma ordem iniciada em suporte durável até 01.01.2012. Este prazo inicia-se na data de receção da ordem, a menos que o Banco e o cliente não cheguem a acordo que a execução de uma ordem de pagamento iniciada pelo cliente começará num determinado dia ou no fim do período determinado ou no dia em que o cliente tiver colocado os fundos à disposição do Banco.

3) Despesas, taxas de juros e taxas de câmbio

a) As despesas a pagar pelo cliente relacionadas com um serviço de pagamento constam nos extratos bancários; nenhuma despesa é aplicada relativamente às obrigações de informação do Banco nem para a execução das medidas de proteção e corretivas abaixo previstas, salvo no caso de aplicação das disposições do artigo 7 (correspondência e domiciliação de correio) ou salvo pedido de informações suplementares ou de comunicação de modo mais frequente. Em caso de notificação de recusa de uma ordem de pagamento objetivamente justificada, de revogação após decurso do prazo de uma ordem de pagamento recebida pelo prestador de serviços de pagamento do pagador ou na hipótese de o identificador único fornecido pelo cliente ser inexato, as despesas relativas aos custos suportados pelo Banco são acordadas com o cliente.

b) As taxas de juros a aplicar são determinadas entre o Banco e o cliente com base numa taxa de referência (EURIBOR, EONIA ou outra). As taxas de câmbio são determinadas entre o Banco e o cliente a preços de mercado. Na eventualidade de a divisa da conta a creditar ou debitar difir da divisa de uma ordem de transferência recebida ou enviada, o Banco opera a conversão ao preço de mercado de compra para as entradas de fundos e ao preço de mercado de venda para as saídas de fundos. As modificações das taxas de juros ou câmbio podem aplicar-se imediatamente e sem pré-aviso, na medida em que se tomem por base as taxas de juros ou câmbio de referência acordadas entre o Banco e o cliente. As modificações das taxas de juro ou câmbio mais favoráveis ao cliente podem, contudo, ser sempre aplicadas sem pré-aviso.

O Banco reserva-se o direito de debitar de novo no mesmo dia útil a conta creditada por engano, se o registo do crédito do pagamento em causa for tecnicamente impossível de anular. As devoluções de fundos efetuam-se pelo montante inicialmente emitido, sob dedução das despesas suportadas pelo Banco. O risco de câmbio é suportado pelo cliente.

4) Sobre a comunicação

a) As informações previstas pela Lei SDP são disponibilizadas ao cliente no sítio Web do banco ou endereçadas em suporte de papel ou outro suporte durável a pedido do cliente.

b) As comunicações fazem-se na(s) língua(s) francesa, inglesa ou portuguesa.

c) O cliente recebe trimestralmente um extrato bancário no qual figuram uma referência que lhe permite identificar cada operação de pagamento, o montante da operação na divisa da conta de pagamento detida pelo cliente, o montante de todas as despesas imputáveis, a taxa de juro e a taxa de câmbio eventual e a data-valor do crédito.

5) Medidas de proteção e corretivas

a) O Banco não é responsável pela inexecução ou má execução de uma operação de pagamento para a qual o cliente forneceu um identificador único inexato. A ordem é então considerada como devidamente executada no que diz respeito ao beneficiário indicado pelo identificador único. Todavia, o Banco deve diligenciar, na medida do razoável, por recuperar os fundos envolvidos na operação de pagamento. O Banco pode imputar despesas de recuperação ao cliente.

b) O cliente apenas obtém do Banco a correção de uma operação não autorizada ou mal executada se informar com a maior brevidade



possível o Banco de que verificou a ocorrência de uma operação de pagamento não autorizada ou mal executada dando lugar a uma reivindicação, incluindo a título de inexecução, e o mais tardar no período de treze (13) meses posteriores à data de débito, a menos que, se necessário, o Banco não tenha fornecido ou posto à disposição as informações relativas a esta operação de pagamento.

c) Quando uma ordem de pagamento é iniciada pelo cliente enquanto pagador, o Banco é responsável pela boa execução da operação de pagamento perante o cliente, sendo que nesse caso restitui o mais rapidamente possível ao cliente o montante da operação de pagamento não autorizada ou mal executada e, se necessário, restabelece a conta de pagamento debitada para a situação que prevaleceria se a má operação de pagamento não tivesse ocorrido, a menos que não possa demonstrar ao cliente e, se necessário, ao prestador de serviços de pagamento do beneficiário que este último recebeu o montante da operação de pagamento. Nessa eventualidade, o prestador de serviços de pagamento do beneficiário é responsável pela boa execução da operação de pagamento perante o beneficiário do montante correspondente. Na hipótese de o cliente negar ter autorizado uma operação de pagamento que foi executada ou afirma que a operação de pagamento não foi executada corretamente, o ónus da prova de que a operação foi autenticada, guardada e contabilizada incumbe ao Banco.

d) Quando uma ordem de pagamento é iniciada pelo cliente enquanto beneficiário, o Banco é responsável perante o cliente pela correta e imediata transmissão da ordem de pagamento ao prestador de serviços de pagamento do pagador. Além disso, a data-valor do crédito sobre a conta de pagamento do cliente não deve ser posterior à do dia útil durante o qual o montante da operação de pagamento é creditado na conta do Banco. Este cuida para que o montante da operação de pagamento esteja à disposição do cliente imediatamente após esse montante ter sido creditado na conta do Banco. No caso de uma operação de pagamento não executada ou mal executada pela qual o Banco não seja responsável a título do exposto anteriormente, é o prestador de serviços de pagamento do pagador que está responsável perante o pagador. O prestador de serviços de pagamento do pagador restitui ao pagador, se necessário e sem demora, o montante da operação de pagamento não executada ou mal executada e restabelece a conta de pagamento debitada para a situação que teria prevalecido se a má operação de pagamento não tivesse ocorrido.

e) O Banco diligenciará, a pedido, por encontrar os vestígios de uma operação de pagamento cuja ordem tenha sido iniciada por ou através do cliente e informar o cliente do resultado da sua pesquisa.

f) O Banco é devedor perante o cliente das despesas pelas quais é diretamente responsável e por juros suportados pelo cliente devido à inexecução ou má execução de pagamento.

g) A responsabilidade do Banco não se aplica aos casos de circunstâncias anormais e imprevisíveis que fogem ao seu controlo, cujos seguimentos teriam sido inevitáveis não obstante todos os esforços implementados, nem quando o Banco está vinculado por outras obrigações legais previstas por legislações nacionais ou comunitárias.

h) Quando o cliente é pagador a título de uma operação de pagamento, iniciada por ou através do beneficiário, que já foi executada, o cliente tem direito ao reembolso pelo Banco se as condições seguintes forem reunidas: (i) a autorização não indicava o montante exato da operação de pagamento quando foi dada, e (ii) o montante da operação de pagamento ultrapassava o montante ao qual o cliente podia razoavelmente esperar conseguir tendo em conta o perfil das suas despesas passadas, as presentes condições gerais e as circunstâncias pertinentes nesse caso. A pedido do Banco, o cliente fornece elementos factuais relacionados com estas condições. O reembolso corresponde ao montante total da operação de pagamento executada. O cliente não pode, contudo, invocar razões associadas a uma operação de câmbio se a taxa de câmbio de referência acordada com o Banco for aplicada. O cliente e o Banco acordam que o cliente não tem direito a reembolso, quando deu o seu consentimento para a execução da operação de pagamento diretamente ao Banco e, se necessário, as informações relativas à futura operação de pagamento foram fornecidas ao pagador ou postas à disposição da maneira acordada, pelo menos quatro (4) semanas antes do termo pelo prestador de serviços de pagamento ou pelo beneficiário. O cliente tem o direito de apresentar o pedido de reembolso durante um período de oito (8) semanas a partir da data em que foram debitados os fundos. Num período de dez (10) dias úteis posteriores à receção do pedido de reembolso, o Banco reembolsa o montante total da operação de pagamento, ou justifica a sua recusa em reembolsar, indicando ao cliente que ele pode interrogar a *Commission de Surveillance du Secteur Financier* (CSSF) se não aceita a justificação dada.

6) Modificação e rescisão

a) Sem prejuízo das estipulações do parágrafo 3(b) abaixo relativas às modificações das taxas de juro e taxas de câmbio, qualquer modificação de um serviço de pagamento ou das estipulações do presente artigo 55 deve ser proposta pelo Banco num suporte durável até dois (2) meses antes da data proposta para a sua entrada em

vigor, sendo considerada como aceite, salvo exercício sem despesas para o cliente do seu direito de rescisão imediata antes da data de entrada em vigor da modificação proposta, sendo que nesse caso o cliente tem direito, se necessário, ao reembolso das despesas adiantadas.

b) O cliente pode pôr fim às operações de pagamento do Banco por intermédio de um pré-aviso de pelo menos um (1) mês. A rescisão não acarreta qualquer despesa após o termo de um período de doze (12) meses. Na sua falta, despesas de rescisão podem ser imputadas ao cliente, devendo ser adaptadas e associadas aos custos.

c) O Banco pode pôr fim às suas prestações de serviços de pagamento de duração indeterminada através de um pré-aviso mínimo de (2) meses.

d) As despesas regularmente imputadas para a prestação de serviços de pagamento apenas são devidas pelo cliente no *pro rata* do período vencido à data de rescisão. Se foram pagas adiantadamente, essas despesas são reembolsáveis no *pro rata*.

e) As estipulações da presente secção aplicam-se sem prejuízo das disposições legais que regem o direito das partes em declarar as presentes Condições Gerais não executórias ou nulas.

Artigo 55: Informações do cliente não consumidor

As disposições relativas às despesas aplicáveis aos serviços de pagamento, o consentimento da execução de uma operação de pagamento, a prova de autenticação e execução das operações de pagamento, a responsabilidade do pagador em caso de operações de pagamento iniciadas pelo ou através do beneficiário, os pedidos de reembolso de operações de pagamento iniciadas por ou através do beneficiário não são aplicáveis ao cliente não consumidor utilizador de um serviço de pagamento.

Artigo 56: Suspensão - Recusa de uma ordem de pagamento

O Banco reserva-se o direito de suspender ou recusar a execução de uma ordem de pagamento nos seguintes casos:

- Indisponibilidade dos fundos na conta de pagamento do cliente;
 - Ausência de instruções precisas do cliente relativamente à conta a debitar;
 - Fornecimento pelo cliente de um identificador único incorreto, sendo que neste caso o Banco pode faturar ao cliente as despesas de recuperação, não podendo ser responsabilizado por não ter verificado a correspondência entre o identificador único e o nome do beneficiário na eventualidade de um pagamento recebido.
- Salvo disposição legislativa contrária, o Banco notificará o cliente nos quatro (4) dias posteriores à recusa sobre o motivo da recusa de executar a ordem de pagamento, considerada neste caso não recebida.

Artigo 57: Irrevogabilidade de uma ordem de pagamento

- 1) As ordens de pagamento endereçadas ao Banco não são, em princípio, suscetíveis de revogação, salvo estipulação em contrário no presente artigo.
- 2) Quando a operação de pagamento é iniciada pelo ou através do beneficiário, o cliente não pode revogar a ordem de pagamento após ter transmitido a ordem de pagamento ou dado o seu consentimento para a execução da operação de pagamento ao beneficiário.
- 3) Todavia, em caso de domiciliação de créditos e sem prejuízo do direito a reembolso, o cliente pode revogar a ordem de pagamento até ao fim do dia útil anterior ao dia acordado para o débito dos fundos.
- 4) Se o cliente iniciar a ordem de pagamento e acordou com o banco que a execução da ordem de pagamento começará num determinado dia ou no fim de um período determinado, ou no dia em que o cliente colocou os fundos à disposição do Banco, o cliente pode revogar a ordem de pagamento até ao fim do dia útil anterior ao dia acordado.
- 5) Após o decurso dos prazos referidos nos parágrafos 1) a 4) acima, a ordem de pagamento apenas pode ser revogada se o cliente e o Banco assim acordarem. Nos casos referidos nos parágrafos 2) e 3) acima, o consentimento do beneficiário é igualmente exigido. O Banco pode imputar despesas para a revogação.

Artigo 58: Ordens permanentes

O Banco executa as ordens permanentes periódicas originadas pelo cliente quando a provisão sobre a conta de pagamento é suficiente. Na sua falta, o Banco pode recusar executar a encomenda e/ou anular a ordem permanente.

Artigo 59: Ordens de domiciliação

O Banco executa ordens de domiciliação assinadas pelo cliente na condição de estar na posse do original dessa ordem.

11. Abertura de *Compte joint* («Conta Conjunta»)

Artigo 60: Solidariedade ativa

Existe entre os titulares de uma conta uma solidariedade ativa. Por conseguinte, cada um dos titulares terá, quer perante o banco, quer perante cada um dos outros titulares, o direito individual, por sua decisão e sob a sua única assinatura, de movimentar a conta de tal forma que seja, por exemplo, creditada, debitada e/ou totalmente esvaziada, ou encerrada, de modificar as condições de funcionamento da conta de tal forma que cada um possa, por exemplo, modificar sozinho a morada de correspondência e proceder a todas as ordens,



nomeadamente por correio domiciliado no Banco, instruções verbais ou telefónicas.

Todas as operações efetuadas por qualquer um dos titulares libertarão definitivamente o Banco de qualquer responsabilidade para com todos os outros titulares e terceiros.

Artigo 61: Falecimento ou restrição da capacidade civil

É expressamente assumido pelos titulares que o falecimento ou qualquer restrição da capacidade civil de um ou vários deles não modificará em nada os direitos e obrigações decorrentes da presente convenção. Por conseguinte, apesar do falecimento ou qualquer restrição da capacidade civil de um ou mais dos titulares, os outros titulares podem dispor dos ativos em conta ou dos valores em depósito. O Banco continuará assim a estar legitimamente desobrigado de qualquer responsabilidade perante qualquer herdeiro, sucessor, curador, administrador ou qualquer pessoa tendo uma qualidade semelhante.

Em caso de falecimento de um titular, o Banco deve ser avisado sem demora, com base na comunicação de um ato de falecimento. Na sua falta, o Banco declina qualquer responsabilidade pelos atos de disposição que ordenar após o falecimento os co-titulares ou mandatários do defunto.

A ocorrência do falecimento de um titular residente luxemburguês aciona automaticamente o bloqueio da sua conta, assim como a revogação das procurações que o defunto tinha entregue a favor de terceiros.

Salvo convenção em contrário, o Banco endereça a correspondência relativa à sucessão para a última morada conhecida do defunto ou de um dos sucessores, ou ainda ao notário encarregue da sucessão (se estes últimos forem conhecidos pelo Banco).

Artigo 62: Solidariedade passiva

Existe entre os titulares uma solidariedade passiva. Por conseguinte, cada um dos titulares será responsável de forma integral e indivisível perante o Banco de qualquer saldo devedor e de todas as outras consequências que possam resultar de operações efetuadas inclusive por um único dos titulares.

Artigo 63: Autorização do Banco

Os titulares autorizam o Banco a pagar todos os montantes expressos em euros ou em divisas e a creditar na conta conjunta todos os títulos e metais preciosos que cheguem ao Banco, quer nos nomes de todos os titulares, quer no nome de um deles.

Artigo 64: Alteração de morada

Os titulares comprometem-se a avisar o banco se mudarem de local de residência.

12. Comunicação por telefone / correio eletrónico / telex / telecópia/website

O cliente pode dar instruções ao Banco, no quadro das suas relações bancárias - em particular as relativas à compra e venda de valores mobiliários e divisas - simultaneamente sob forma escrita e correio eletrónico e por telefone ou por telex/telecópia apenas.

O cliente solicita expressamente que, além das ordens dadas por si, as ordens que dá ou que o seu representante designado der ao Banco sejam inteiramente executadas.

O cliente assinala o seu acordo para que as instruções que dá ao Banco por telefone ou correio eletrónico sejam gravadas e guardadas durante um determinado período de tempo em conformidade com as regras de descrição/confidencialidade emitidas pela direção do Banco.

O Banco assegurará que essas gravações são tratadas da mesma forma - com base nas regras de sigilo bancário e descrição - que as informações que o Banco recebe ou receberia por outros meios, e que nenhuma dessas informações utilizada ou tornada acessível a terceiros, salvo nos casos em que a lei ou a convenção entre as partes o permita ou prescreva.

O cliente aceita que o Banco se reserve, no entanto, o direito de exigir e obter uma confirmação, oral ou por escrito, da parte do cliente dessas ordens antes de executá-las e de suspender a execução das ordens operadas sob uma das formas previstas a seguir, se o Banco entender que estão incompletas, confusas ou não apresentam um caráter de autenticidade suficiente. Para esse efeito, o Banco reserva-se o direito de contactar o cliente por telefone, fax, correio eletrónico ou correio postal, segundo a sua escolha. O Banco diligenciará por escolher o meio de comunicação que permita contactar o cliente prontamente.

Quando o cliente envia ao Banco uma comunicação destinada a confirmar ou modificar uma ordem em curso de execução, sem no entanto especificar que se trata de uma confirmação ou modificação, o Banco está no direito de considerar esse escrito como uma nova ordem para juntar à primeira.

O cliente aceita expressamente pela presente que, em caso de litígio levado a tribunal no Luxemburgo ou no estrangeiro, o Banco poderá provar, em qualquer altura, a receção de instruções por telefone, correio eletrónico, telex/telecópia e o método de execução das ditas ordens - independentemente da natureza civil ou comercial de tais instruções - por testemunhos, notas tomadas pelos seus funcionários, fitas gravadas ou produção de mensagens de correio eletrónico, telex ou telecópias anexos aos mesmos ou outros documentos ou documentos justificativos considerados adequados e, mais amplamente, por todas as vias de direito.

Em caso de instruções dadas em conformidade com o procedimento supracitado, o Banco é obrigado a verificar as assinaturas originais; além disso, pode revelar-se difícil ou impossível detetar falsificações. No entanto, o cliente prefere este método de comunicação por razões de simplicidade e/ou confidencialidade. O cliente aceita estar vinculado por todas as declarações/instruções futuras por correio eletrónico/telex/telecópia, na condição de que o correio eletrónico, o telex ou a telecópia respetivos recebidos pelo Banco designe o cliente como remetente, indica o seu número e/ou que, na presença de um documento assinado, o aspeto da assinatura no seu todo parece indicar que a comunicação provém do cliente ou do seu mandatário. Além disso, o cliente manterá o Banco isento de qualquer responsabilidade e livre de qualquer dano ou prejuízo incorrido ou sofrido por qualquer falsificação e/ou erro de transmissão.



Anexo I

Deveres De Informação A Investidores (Tradução Não Vinculativa)

Parte I - Informação relativa ao NOVO BANCO e Serviços Prestados

Identificação

Sucursal do Luxemburgo, registada no Registo Comercial do Luxemburgo, com o número B - 190 974, com sede no n.º 1 da rue Schiller / av. de la Liberté, no Luxemburgo, do NOVO BANCO, S.A., com sede na Av. da Liberdade, n.º 195, 1250-142 Lisboa, com o número único 513 204 016 de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, de ora em diante designada por BANCO.

Idiomas utilizados

O cliente poderá comunicar com o intermediário financeiro e receber deste documentos e outra informação em Francês, ou em outro idioma que seja acordado com o BANCO.

Contactos

Canais Diretos

- Serviço Internet (*Connect Service*) efetuado em www.novobancoluxembourg.lu, introduzindo o n.º de adesão e PIN;
- Serviço telefónico, números disponíveis: Rede Fixa Portugal 707 237 589; Estrangeiro +351 218 557 755.

Rede Física

Rede nacional e internacional de agências; Centros *Private*; Centros de Empresa e Escritórios de Representação.

Serviços prestados:

O BANCO é uma instituição de crédito registada junto da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) para prestar os seguintes serviços de investimento:

- Serviços prestados;
 - Gestão de carteiras por conta de outrem data do registo na CMVM: 20/10/2005;
 - Registo e depósito de valores mobiliários data do registo na CMVM: 27/03/1992;
 - Assistência em oferta pública relativa a valores mobiliários data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Colocação em ofertas públicas de distribuição data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários, para a realização de operações sobre valores mobiliários em que intervêm a entidade concedente do crédito data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Consultoria para investimento em valores mobiliários data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Consultoria sobre a estrutura de capital, a estratégia industrial e questões conexas, bem como sobre a fusão e a aquisição de empresas data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Depositário de valores mobiliários que integram o património dessas instituições data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Execução de ordens por conta de outrem no mercado a contado data do registo na CMVM: 9/07/1991;
 - Execução de ordens por conta de outrem no mercado a prazo data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Negociação por conta própria em valores mobiliários data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Receção e transmissão de ordens por conta de outrem data do registo na CMVM: 29/07/1991;
 - Serviços de câmbios e o aluguer de cofres-fortes ligados à prestação de serviços de investimento data do registo na CMVM: 29/07/1991
- Contacto da entidade de supervisão: CMVM, com sede na Av. Liberdade, n.º 252, 1056-801 Lisboa.

Proteção de instrumentos financeiros e de dinheiro de clientes

O BANCO adota os procedimentos necessários para garantir a máxima proteção dos instrumentos financeiros e dinheiro nele depositados, tais como segregação entre os bens pertencentes ao seu património e bens pertencentes ao património de cada um dos clientes.

Para além desses procedimentos, o BANCO também participa no fundo de garantia de depósitos regulado pelos artigos 154º a 173º do regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras aprovado pelo DL n.º 298/92, de 31 de dezembro, conforme alterado, e no sistema de indemnização aos investidores criado e regulado pelo DL n.º 222/99, de 22 de junho, conforme alterado, e pela Portaria n.º 1266/2001 de 6 de novembro.

O fundo de garantia de depósitos garante o reembolso até ao limite de EUR 25.000 relativamente ao reembolso: (i) dos depósitos captados em Portugal ou noutros estados membros da Comunidade Europeia por instituições de crédito com sede em Portugal; (ii) dos depósitos captados em Portugal por sucursais referidas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 156.º; (iii) dos depósitos captados em Portugal por sucursais de instituições de crédito com sede noutros Estados membros da Comunidade Europeia que participem voluntariamente no Fundo, na parte que exceda a garantia prevista no sistema do país de origem. O reembolso deve ter lugar no prazo de três meses a contar da data em que os depósitos se tornarem indisponíveis, podendo o fundo solicitar ao Banco de Portugal um máximo de três prorrogações com a duração máxima de três meses, cada.

O Decreto-Lei n.º 211-A/2008, de 3 de novembro, estabeleceu que até 31 de dezembro de 2011 o limite de garantia de EUR.25.000 passa para EUR.100.000.

O sistema de indemnização ao investidor garante o reembolso até ao limite de EUR 25.000 por cada investidor e garante os seguintes instrumentos financeiros: ações, obrigações, títulos de participação, unidades de participação em fundos de investimento, papel comercial, bilhetes do tesouro, futuros e opções sobre instrumentos financeiros, FRA's e alguns *swaps*. A indemnização é paga no prazo máximo de três meses contados da verificação da admissibilidade e do montante global dos créditos, podendo este prazo ser prorrogado até seis meses em casos excecionais, mediante solicitação do sistema junto da CMVM.

Uma descrição detalhada das condições e das regras aplicáveis encontra-se disponível no site do Banco de Portugal (www.bportugal.pt) e da CMVM (www.cmvm.pt), respetivamente.

Informação sobre política de conflito de interesses

A política em matéria de conflitos de interesses do BANCO pode ser consultada em www.novobanco.pt, no serviço NBnet ou, mediante pedido de qualquer cliente, enviada para o seu endereço eletrónico ou morada postal.

Esta política consagra que um dos objetivos tidos em conta na organização das atividades de intermediação financeira prestadas pelo Banco é o da prevenção da ocorrência de conflitos de interesses e, quando ocorram, a sua adequada prevenção e mitigação. É regularmente efetuado um



levantamento de quais as atividades de intermediação financeira que, pelo seu exercício, em simultâneo, pelo Banco ou empresas do grupo em que este se insere, possam dar azo à ocorrência de conflitos de interesse, sendo estabelecidos os procedimentos que sejam considerados mais adequados para garantir a sua prevenção ou mitigação.

Entre os tipos de procedimentos, atualmente, adotados contam-se os seguintes:

- Assegurar que as áreas envolvidas nas atividades de intermediação serão organizadas e geridas de maneira autónoma, por pessoal afeto a cada uma delas, sem interferência da(s) outra(s) relativamente à(s) quais o risco se coloque;
- Segregação entre as funções de decisão, execução, registo e controlo;
- Notificação ao *Compliance Officer* das transações efetuadas por dirigentes e colaboradores mais expostos a eventuais conflitos de interesses;
- Manutenção e monitorização de uma lista de colaboradores considerados como podendo ter acesso a informação privilegiada;
- Prestação de formação aos colaboradores sobre prevenção e gestão de conflitos de interesses.

Serviço de reclamações

Quaisquer reclamações, relativas às atividades de intermediação financeira, deverão ser dirigidas ao Departamento da Qualidade de Serviço, através de qualquer dos seguintes canais de comunicação:

- Contacto *online* (formulário); através do site www.novobancoluxembourg.lu;
- Serviço telefónico, rede fixa Portugal: 707 237 589; No estrangeiro: +351 218 557 755.
- *Connect Service*;
- Carta endereçada ao NOVO BANCO, Departamento da Qualidade de Serviço, Rua Castilho, n.º 26, 2.º, 1250-069 Lisboa;
- ou através de um Balcão NOVO BANCO

As reclamações deverão ser apresentadas no prazo máximo de trinta dias após a ocorrência ou o conhecimento do facto objeto das mesmas;

As reclamações devem ser devidamente fundamentadas e acompanhadas de todos os elementos de que o reclamante disponha e que sejam comprovativos do facto objeto de reclamação; As eventuais reclamações serão encaminhadas para o Departamento de Qualidade de Serviço, dotada dos devidos recursos técnicos, que é responsável pela instrução do processo e pelo seu acompanhamento até à conclusão do mesmo. A instrução do processo compreenderá todas as diligências necessárias para a averiguação dos factos; o BANCO arquivará todos os processos de reclamação recebidos no Banco durante o prazo de cinco anos.

A apresentação de reclamação ao Banco em nada prejudica a possibilidade de reclamação do Cliente junto da entidade de supervisão.

O BANCO assegurará o contacto com as entidades de supervisão nestas matérias e manterá um registo de todas as reclamações relativamente a quaisquer instrumentos financeiros;

Adicionalmente, a CMVM recebe através do Gabinete de Apoio ao Investidor e Mediação as reclamações e queixas relativas ao funcionamento dos mercados de valores mobiliários apresentadas por investidores e outros interessados, através dos seguintes canais de comunicação: - Av. da Liberdade 252, 1056-801 Lisboa; Telefone 21-3177000; Fax 21-3537077/8; E-mail: cmvm@cmvm.pt.

Parte II - Informação relativa a instrumentos financeiros e riscos

A presente informação resume as características e os riscos genéricos dos instrumentos financeiros habitualmente transacionados por investidores. Em virtude da inovação dos mercados financeiros, os instrumentos financeiros podem assumir as mais variadas formas e combinar um conjunto diversificado de riscos, pelo que é indispensável a análise da ficha técnica dos instrumentos financeiros ou dos termos e condições das operações financeiras de forma a compreender os riscos neles envolvidos.

Natureza dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são usualmente classificados em três categorias: instrumentos "cash", instrumentos derivados e instrumentos híbridos.

Instrumentos "Cash"

Os instrumentos designados "cash" são produtos financeiros cujas operações de compra ou venda originam desembolso de liquidez no montante investido e a transferência do ativo transacionado. Usualmente, estes instrumentos são adquiridos por investidores com o objetivo de beneficiar de variações do preço do ativo para obter ganhos de capital, mais valias, e obter rendimentos relacionados com a distribuição de juros ou dividendos. Os instrumentos financeiros mais comuns que se incluem nesta categoria são as ações, as obrigações, os títulos de participação, as unidades de participação em fundos de investimento, o papel comercial, os certificados de depósito e as operações cambiais, entre outros.

Instrumentos derivados

Os instrumentos derivados são operações financeiras cujo valor deriva do ativo subjacente sobre o qual incide. Este ativo é normalmente relacionado com ativos financeiros ou variáveis económicas, como sejam as ações, as taxas de juro ou as taxas de câmbio, mas poderá ser relacionado com outro tipo de ativos ou variáveis, como sejam mercadorias ou variáveis climáticas. Incluem-se nesta categoria os futuros, as opções e os *swaps*, entre outros.

Estes instrumentos são utilizados pelos investidores quer numa perspetiva de investimento quer de cobertura de risco. Em contraposição com os instrumentos "cash", a transação de instrumentos derivados origina um desembolso reduzido de fundos, quando comparado com o valor investido no ativo subjacente, e em alguns casos nulo. Esta característica dos instrumentos derivados é designada de efeito de alavancagem ou "leverage" e permite que o valor dos instrumentos derivados sofra variações superiores face às variações de valor dos ativos subjacentes.

Instrumentos híbridos

Os instrumentos híbridos combinam as características dos instrumentos "cash" com as características dos instrumentos derivados. Normalmente assumem a forma de instrumentos "cash", como por exemplo obrigações, e incorporam derivados na sua estrutura, usualmente opções. São transacionados por investidores numa óptica de investimento e originam normalmente o desembolso de fundos, estando o retorno associado à variação do ativo subjacente introduzido pelo derivado.

Formas de negociação

Os instrumentos financeiros podem ser transacionados em mercados regulamentados, em sistemas de negociação multilateral ou fora destes mercados, consoante as suas características. As transações e os instrumentos negociados fora dos mercados regulamentados e dos sistemas de negociação multilateral designam-se normalmente por OTC ("Over The Counter").

Mercados regulamentados e sistemas de negociação multilateral

Os instrumentos negociados em mercados regulamentados e em sistemas de negociação multilateral tendem a ser menos complexos e mais standard e como tal tendem a gerar menor risco para os investidores quando comparados com os instrumentos negociados fora dos mercados regulamentados. Tanto os mercados regulamentados como os sistemas de negociação multilateral são organizações que funcionam com regularidade e que têm como objetivo possibilitar o encontro de ordens de compra e de venda. Contudo, os mercados regulamentados só podem



ser geridos por entidades gestoras específicas enquanto os sistemas de negociação multilateral podem ser geridos não apenas por aquelas entidades gestoras, mas também por intermediários financeiros devidamente registados.

Os mercados regulamentados apresentam ainda vantagens adicionais para os investidores, dado que são mercados de acesso público, obedecem a regras determinadas, divulgam informação relevante sobre os ativos aí transacionados, permitem uma formação de preços mais adequada e em alguns casos garantem as operações e a performance dos intermediários.

Por seu turno, os sistemas de negociação multilateral poderão apresentar vantagens relativamente aos custos de transação. Embora apresentem diversas vantagens para os investidores, os mercados regulamentados e os sistemas de negociação multilateral não são isentos de risco. Em determinadas circunstâncias poderá não ser possível comprar, vender ou liquidar posições, nomeadamente em situações de suspensão da negociação devido a severos movimentos de preços numa mesma sessão. Poderão ainda ocorrer situações de incumprimento por parte de intermediários financeiros que poderão originar a liquidação ou o fecho de posições sem o consentimento dos investidores. No que se refere à liquidez, nem sempre os mercados regulamentados apresentam os melhores níveis, sobretudo em situações em que os instrumentos financeiros admitidos à negociação em mercado regulamentado são transacionados simultaneamente em mercado OTC.

Mercado OTC

Os instrumentos financeiros negociados fora dos mercados regulamentados, designados de instrumentos OTC ("Over The Counter"), são transacionados por via de acordos bilaterais entre duas entidades, normalmente designadas de contrapartes. Estes instrumentos tendem a ser mais complexos que os admitidos à negociação em mercados regulamentados, dado que são estruturados de acordo com as necessidades de cada contraparte, e como tal tendem a apresentar maior risco para os investidores.

Adicionalmente, estes instrumentos não beneficiam da segurança introduzida pelos mercados organizados, ainda que na maioria das circunstâncias os mercados OTC apresentem níveis de liquidez muito elevados.

Embora a maioria dos mercados OTC apresentem níveis de liquidez elevados, a negociação em mercado OTC envolve maior risco que a negociação em mercado regulamentado, dado que não beneficia da segurança introduzida pelas regras subjacentes aos mercados organizados, não sendo possível em certas circunstâncias liquidar ou fechar uma operação existente ou determinar o seu valor justo, estando a liquidez do mercado dependente da existência de intermediários dispostos a transacionar os instrumentos financeiros.

Natureza dos riscos dos instrumentos financeiros

O investimento em instrumentos financeiros envolve riscos de diversas naturezas, não mutuamente exclusivos e que se poderão afetar reciprocamente.

O risco de mercado é o risco de perda financeira devido à exposição dos instrumentos financeiros às variações dos preços dos ativos sobre os quais incidem, normalmente relacionados com taxas de juro, taxas de câmbio, ações, índices ou mercadorias, entre outros. O risco de crédito prende-se com a probabilidade de incumprimento das obrigações financeiras por parte do emitente ou contraparte do instrumento financeiro. O risco de liquidez é o risco de liquidação dos instrumentos financeiros, isto é a probabilidade dos instrumentos financeiros não poderem ser convertidos em dinheiro.

Os instrumentos financeiros podem atrair outros riscos para os investidores, para além dos previamente referidos, como por exemplo o risco operacional (risco de incorrer em perdas em virtude do inadequado tratamento processual das operações financeiras) e o risco legal (risco das operações financeiras serem incompatíveis com ordenamento jurídico). Neste contexto, os investidores devem proceder à identificação e análise da totalidade dos riscos de cada instrumento financeiro, divulgados na ficha técnica ou nos termos e condições de cada operação.

Risco e rentabilidade

O risco e a rentabilidade dos instrumentos financeiros encontram-se diretamente correlacionados.

Geralmente, os instrumentos financeiros que permitem alcançar níveis de rentabilidade superiores aos que seriam obtidos em investimentos de risco reduzido, tais como obrigações da dívida pública, certificados de aforro ou depósitos a prazo, incorporam maior risco que os instrumentos financeiros referidos e como tal encontram-se sujeitos a maiores variações de valor em virtude da alteração dos preços de mercado e do risco de crédito. Em determinadas circunstâncias, instrumentos financeiros que proporcionam elevadas rentabilidades poderão estar sujeitos a perdas superiores ao valor neles investido. Por norma, os instrumentos financeiros que proporcionam níveis de rentabilidade reduzidos encontram-se menos sujeitos a variações de valor devido a alterações das condições de mercado e de crédito.

Instrumentos financeiros

Instrumentos "Cash"

(i) Ações ordinárias

As ações ordinárias são instrumentos financeiros que representam uma posição no capital social de uma empresa e conferem ao seu detentor (acionista) o direito proporcional sobre ativos e proveitos, pagos na forma de dividendos, da entidade, sendo esse direito subordinado ao pagamento das dívidas dos restantes credores, isto é, em caso de dissolução da empresa, os seus ativos serão utilizados para satisfazer as dívidas, sendo os acionistas os últimos a serem ressarcidos.

O preço pago na aquisição de ações depende da procura e da oferta do título e reflete o desempenho atual e expectável da empresa no futuro. Assim, o risco de investir em ações encontra-se relacionado com fatores, não previstos, que afetem a performance da entidade, que no pior dos casos determinam a perda da totalidade do investimento efetuado pelo acionista.

(ii) Ações preferenciais

Algumas empresas emitem várias classes de capital, como sejam as ações preferenciais. As ações preferenciais pagam um dividendo fixo, que não depende da performance das empresas como acontece no caso das ações ordinárias. Esta classe de ações é subordinada a outras dívidas da empresa mas os seus dividendos têm preferência sobre os dividendos das ações ordinárias.

Os riscos inerentes a estes instrumentos financeiros são associados ao risco de incumprimento por parte do emissor das ações preferenciais, nomeadamente no reembolso de capital, e à imprevisibilidade da distribuição de dividendos.

(iii) Obrigações

As obrigações são empréstimos titulados, contraídos por um conjunto diverso de entidades, desde governos centrais, a empresas públicas ou privadas. Ao adquirir obrigações o investidor financia o emitente do instrumento financeiro, tornando-se seu credor, e obtém o direito de receber um juro periódico, normalmente semestral ou anual, e de ser reembolsado pelo capital investido na data de maturidade da dívida.

Adicionalmente ao juro calculado sobre o valor nominal das obrigações, o valor das obrigações depende da sensibilidade do seu preço às variações dos níveis de taxa de juro de mercado.

Uma subida das taxas de juro de mercado originarão uma descida do preço das obrigações, emitidas com taxa de juro fixa.

Obrigações emitidas com taxa de juro variável são menos sensíveis a variações dos níveis de taxa de juro de mercado.

Dado que o investimento em obrigações não tem garantia de reembolso do capital investido, o preço das obrigações é ainda influenciado pelas condições de crédito praticadas no mercado e pela capacidade de cumprimento das obrigações financeiras assumidas por parte do emitente.



Consoante a qualidade creditícia do emitente, normalmente referenciada através das notações de crédito ("rating") emitidas por agências independentes, os investidores exigem uma remuneração adicional face às taxas de juro de mercado, normalmente designada de "spread" de crédito.

Obrigações de emitentes de qualidade creditícia reduzida terão um "spread" de crédito superior a obrigações emitidas por entidades com risco de crédito reduzido. Neste contexto, a deterioração do risco de crédito de um emitente de obrigações originará a descida do preço das mesmas.

a) Obrigações de cupão zero (Bilhetes do Tesouro e Papel (Comercial). Algumas obrigações não têm pagamento periódico de juros. Inversamente, são emitidas e transacionadas a desconto, ou seja, com um preço abaixo do seu valor nominal ou de reembolso.

Nestes casos, o rendimento do investidor é obtido através da diferença entre o preço de emissão ou de mercado e o valor nominal.

Os Bilhetes do Tesouro e o Papel Comercial são equiparáveis a este tipo de obrigações. São habitualmente emitidos por governos e empresas e por prazos de maturidade que variam entre um mês e um ano.

b) Programas de obrigações ("Medium Term Notes")

Usualmente, a emissão de obrigações requer o cumprimento de um conjunto de requisitos por parte das entidades emissoras, que originam um elevado consumo de tempo e custos. Para facilitar a emissão de obrigações por parte das empresas é frequente o estabelecimento de programas de dívida, através dos quais os emitentes podem proceder à emissão de obrigações, denominadas "Medium Term Notes" (MTN), de forma expedita.

Estas obrigações têm as mesmas características e riscos das obrigações emitidas fora de programas de emissão de dívida.

c) Obrigações colateralizadas por ativos ("Asset Backed Securities")

Existe uma classe de obrigações cuja garantia de reembolso não depende do emitente mas dos ativos que a colateralizam, genericamente denominadas "Asset Backed Securities" (ABS).

Esses ativos podem ser de várias naturezas, sendo os mais comuns relacionados com empréstimos hipotecários à aquisição de habitação, cujas obrigações se denominam de "Mortgage Backed Securities" (MBS) ou "Residential Mortgage Backed Securities" (RMBS).

Este tipo de obrigações são maioritariamente emitidas por instituições financeiras, embora também possam ser emitidas sobre ativos a receber por governos ou empresas, através de operações designadas de titularização ou securitização.

O risco inerente a estes instrumentos financeiros encontra-se maioritariamente associado aos ativos e garantias que colateralizam o empréstimo obrigacionista. Ao investir nesta classe de instrumentos financeiros, os investidores devem avaliar, entre outros, os seguintes fatores diferenciadores de risco:

(i) Obrigações garantidas por um elevado número de ativos tendem a apresentar menor risco do que obrigações garantidas por um reduzido número de ativos. À medida que aumenta a granularidade, menor o risco de um ativo afetar a performance das obrigações de forma material.

(ii) Ativos cobertos com garantias reais, como por exemplo imóveis, apresentam menor risco que obrigações colateralizadas por ativos não garantidos.

(iii) Quanto maior for a cobertura dos ativos pelas garantias ("loan to value"), ou seja quanto menor for o "loan to value", menor será o risco do instrumento financeiro.

d) Obrigações hipotecárias

As obrigações hipotecárias ("Covered Bonds") são instrumentos financeiros com características similares às obrigações colateralizadas, mas que introduzem garantias adicionais que permitem a redução do nível de risco para os investidores. Para além de serem colateralizadas por ativos garantidos, cujo "loan to value" não pode ultrapassar determinados níveis (em Portugal: 80%), as obrigações são ainda garantidas pela entidade emitente.

(iv) Certificados de depósito

Os certificados de depósito são instrumentos financeiros emitidos por instituições de crédito e têm características similares aos depósitos a prazo, diferenciando-se destes apenas pelo facto de serem titulados e como tal poderem ser transacionados. São normalmente emitidos com prazo de maturidade até um ano, findo o qual há lugar ao reembolso de capital e pagamento de juro.

(v) Fundos de investimento

Um fundo de investimento é um património que pertence a várias pessoas, destinado ao investimento em determinados ativos e geridos por profissionais (sociedades gestoras). O património de um fundo pode ser investido em diversos ativos como:

i. ações, obrigações ou outros instrumentos financeiros, devendo neste caso designar-se "fundo de investimento mobiliário";

ii. imóveis, devendo nesse caso designar-se "fundo de investimento imobiliário".

Os fundos de investimento mobiliário podem ser harmonizados (por serem constituídos de acordo com as Diretivas Comunitárias) ou não harmonizados. Existem ainda fundos especiais de investimento constituídos sob a forma de fundos de investimento mobiliário ou fundos de investimento imobiliário.

Nos mercados internacionais existem ainda os "hedge funds". Os "hedge funds" são fundos de investimento que podem utilizar um conjunto alargado de técnicas e estratégias de investimento na perspetiva de obter um retorno não relacionado com a conjuntura económica ou com a evolução dos mercados financeiros.

O termo "hedge fund" inclui uma grande diversidade de estratégias de investimento, com um grande intervalo de objetivos risco/ retorno. A característica comum a todos os "hedge funds" é o objetivo de retorno positivo, independentemente da direção dos mercados.

Outros instrumentos financeiros destinados à captação de investimento por uma pluralidade de investidores são os fundos de capital de risco e os fundos de titularização de créditos.

Ao investir em fundos de investimento, os investidores assumem riscos idênticos, embora menores, aos que assumiriam caso optassem pelo investimento direto nos ativos que integram o património dos fundos, já que esse risco se "dilui" nos vários tipos de ativos.

No caso dos fundos de investimento mobiliário, os instrumentos financeiros que compõem o respetivo património sofrem flutuações de preço, pelo que a possibilidade de perder parte ou a totalidade do capital investido constitui um risco.

Da mesma maneira, o rendimento proveniente do investimento em fundos de investimento imobiliário corresponderá às variações nos preços dos imóveis e no mercado de arrendamento.

Cada fundo tem, no entanto, características e riscos próprios. Normalmente, a um maior risco está associado um maior potencial de rentabilidade.

(vi) Seguros ligados a fundos de investimento ou "Unit-linked"

Soluções financeiras, expressas em unidades de conta, de poupança a médio/longo prazo, sob a forma de seguros de vida, os "Unit-linked" permitem o investimento em carteiras diversificadas, beneficiando adicionalmente de uma fiscalidade atrativa. Ao investir em "Unit-linked" os investidores assumem os riscos associados aos ativos que integram as carteiras.

(vii) Seguros de capitalização

Tratam-se de planos de capitalização de poupanças, constituídos com os mais diversos objetivos, desde o investimento financeiro ao planeamento da reforma, com uma taxa mínima de rendimento, à qual pode acrescer uma participação nos resultados. Opções flexíveis e de fácil subscrição, permitindo planos de entregas programadas ou únicas e beneficiando adicionalmente de uma fiscalidade atrativa.



(viii) Operações de venda com acordo de recompra ("Repo")

Uma operação de venda com acordo de recompra ("Repo") é um acordo através do qual uma parte vende a outra um título a determinado preço com o compromisso de o recomprar numa data futura a um preço pré-estabelecido. As operações inversas são designadas operações de compra com acordo de revenda ("Reverse Repo"). Embora os títulos sejam transferidos de uma parte para a outra, os rendimentos ou outros eventos que sobre eles incidam continuam a ser propriedade do seu detentor original ou seja da parte que cedeu os títulos.

Embora as operações de "Repo" sejam legalmente enquadradas como operações de venda de um título com acordo de recompra, em termos económicos consubstanciam operações de financiamento colateralizadas por um título. Neste contexto, a parte que adquire os títulos, ou seja que concede o financiamento, exige o pagamento de um juro na data de vencimento da operação, normalmente através do diferencial de preço de venda e recompra do título.

Ao investir neste tipo de instrumentos, os investidores devem avaliar a remuneração face ao risco de crédito envolvido na operação, normalmente associado ao título que colateraliza o financiamento e à sensibilidade a alterações do seu valor de mercado. Financiamentos cobertos por ações terão maior risco do que operações cobertas por obrigações do tesouro emitidas a taxa variável, dado que não só as ações têm maior variação de valor face a alterações das condições de mercado que as obrigações de taxa variável, como apresentam maior risco de crédito do que dívidas emitidas por governos.

(ix) Empréstimo de títulos

Os empréstimos de títulos são acordos através dos quais uma parte empresta títulos a outra, durante determinado período de tempo, recebendo um juro e uma garantia, sob a forma de títulos ou dinheiro. Embora os títulos sejam transferidos de uma parte para a outra, os rendimentos ou outros eventos que sobre eles incidam continuam a ser propriedade do seu detentor original ou seja da parte que cedeu os títulos.

O risco desta tipologia de operações está relacionado com a probabilidade de incumprimento da devolução dos títulos por parte da entidade que obteve o empréstimo. Neste contexto, os investidores devem avaliar a qualidade creditícia da parte com a qual o negócio é celebrado e ainda dos colaterais entregues na operação.

(x) Operações cambiais à vista ("Spot")

Uma operação cambial é um contrato através do qual uma parte acorda com outra, em determinada data, a troca de um montante denominado numa moeda por outro denominado noutra moeda, com liquidação dos fluxos financeiros dois dias úteis após o acordo. Estas operações são normalmente designadas de operações cambiais "Spot".

Ao acordar a realização de uma operação cambial, o investidor fica exposto ao risco de incumprimento da contraparte. Ao verificar-se, o investidor poderá incorrer numa perda financeira, caso a moeda adquirida se tenha valorizado.

Adicionalmente ao risco de crédito, a detenção de moeda estrangeira encontra-se sujeita a variações de valor devido a alterações da taxa de câmbio.

Instrumentos derivados

(i). Operações de fixação de preço a prazo ("Forwards")

Os "Forwards" são instrumentos financeiros derivados do mercado à vista ("cash" ou "spot") negociados fora de mercados regulamentados (OTC), através das quais duas partes (comprador e vendedor) acordam a troca de um ativo numa data futura a um preço estabelecido no presente.

Os preços "forward" dos ativos diferem dos preços do mercado à vista, essencialmente porque dependem (i) dos níveis de procura e oferta, (ii) das expectativas de comportamento do preço "spot" no futuro e (iii) do valor temporal do dinheiro.

Ao entrar numa operação "Forward" o investidor fica sujeito ao risco de crédito, associado à probabilidade de incumprimento da contraparte. Caso o ativo se valorize face ao preço fixado na operação "Forward", o investidor poderá incorrer numa perda financeira caso a contraparte na operação incumpra com as suas obrigações. O investidor fica também exposto às variações de valor do ativo no mercado, podendo incorrer numa perda financeira caso adquira um ativo a um preço mais alto ou venda um ativo a um preço mais baixo, decorrente da operação "Forward", que o preço de mercado do ativo no momento da liquidação da operação.

a. Operações cambiais a prazo ("Forwards" cambiais) Os "Forwards" cambiais são um dos produtos financeiros mais populares na classe dos instrumentos derivados "forward", através das quais as partes acordam trocar no futuro um montante financeiro denominados numa divisa por outro denominado noutra divisa a uma taxa de câmbio determinada no presente. Tal como todos os instrumentos "forward" as operações cambiais a prazo envolvem risco de crédito, associado ao risco de incumprimento da contraparte, e risco de mercado, relacionado com a flutuação das taxas de câmbio das divisas envolvidas na operação.

b. Contratos de fixação de taxa de juro a prazo ("Forward Rate Agreements" (FRA))

Os contratos de fixação de taxa de juro a prazo, normalmente designados de "Forward Rate Agreements" (FRA), constituem outro dos instrumentos "forward" mais comuns. São contratos entre duas partes que fixam uma taxa de juro a aplicar num período futuro, por exemplo estabelecem a taxa de juro a aplicar ao fim de seis meses por um período de três meses a partir dessa data.

c. "Non-deliverable Forwards" (NDF)

É possível que as partes envolvidas numa transação "forward" acordem substituir a entrega do ativo pela liquidação financeira da diferença entre o preço acordado e o preço de mercado do ativo na data de liquidação. Estas operações são designadas de "Non-deliverable Forwards" (NDF) e estão também sujeitas ao risco de crédito associado à contraparte e ao risco de mercado suscitado pelas alterações do preço do activo em mercado.

d. Futuros

Os contratos futuros são equivalentes a operações "forward" e incidem, usualmente, sobre taxas de juro, taxas de câmbio, índices de ações e mercadorias. Têm como características diferenciadoras o facto de serem transacionados em mercado regulamentado e por este facto obrigarem à entrega de garantias e margens de acordo com a flutuação do preço do ativo no mercado.

Pelo facto de serem negociados em mercados organizados, considera-se que o risco de crédito se encontra mitigado, essencialmente devido ao sistema de garantias e de margens, mas continuam a estar sujeitos à volatilidade dos preços de mercado.

(ii) Operações de permuta ("Swaps")

As operações "Swap" são contratos derivados, negociados no mercado OTC, através dos quais duas partes acordam trocar uma série de fluxos financeiros futuros. Os "Swaps" são operações estruturadas em função das necessidades das partes e como tal podem assumir praticamente qualquer configuração.

Tal como a maioria dos instrumentos derivados OTC, os "Swaps" envolvem a assumpção de risco de crédito e de mercado por parte do investidor.

a. "Swaps" cambiais

Os "Swaps" Cambiais constituem um dos instrumentos mais comuns desta classe de produtos financeiros e traduzem-se numa combinação de uma operação cambial "spot" com uma operação cambial "forward". Através destes contratos as partes trocam divisas à vista a uma taxa de câmbio acordada e voltam a trocar de forma inversa as mesmas divisas no futuro a uma taxa de câmbio acordada no presente.

b. "Swaps" de taxa de juro ("Interest Rate Swaps" (IRS)) Os "Swaps" de taxa de juro são contratos bilaterais em que as partes pretendem trocar



fluxos de juros sobre um determinado montante de referência. Usualmente são trocados fluxos de juros fixos (taxa de juro fixa) por fluxos de juros variáveis (taxa de juro variável).

Os IRS's permitem ao investidor transformar um ativo (ou passivo) com juros fixos num ativo (ou passivo) com juros variáveis, ou inversamente um ativo (ou passivo) com juros variáveis num ativo (ou passivo) com juros fixos. Estas operações são usualmente designadas de operações de cobertura de risco. Os "Swaps" de taxa de juro permitem ainda ao investidor adquirir posições de risco no mercado de taxa de juro, com o objetivo de beneficiar de alterações do nível das taxas de juro ao longo do prazo da operação. Ao investir com esta finalidade, os investidores ficam sujeitos a alterações adversas das taxas de juro de mercado.

c. "Swaps" de crédito ("Credit Default Swaps" (CDS))

Os "Credit Default Swaps" são contratos financeiros bilaterais em que uma das partes acorda efetuar um pagamento periódico de juro à outra parte, em troca de uma garantia sobre determinado ativo ou empresa, ou seja em troca de uma promessa de pagamento em caso de ocorrência de um evento de crédito, normalmente associado a insolvência ou incumprimento de um determinado ativo ou empresa. Ao contratar "Swaps" de crédito os investidores incorrem num conjunto de riscos. No caso de compra de proteção de risco de crédito sobre determinado ativo ou empresa, o investidor fica exposto ao risco de incumprimento da contraparte na operação de "swap". Inversamente, caso o investidor conceda proteção de crédito, fica sujeito ao risco de crédito do ativo ou empresa. Em ambas as situações os investidores encontram-se sujeitos ao risco de mercado, ou seja à variação da relação entre o risco garantido na operação e o preço ou juro exigido pelo garante.

d. "Total Return Swaps"

Os "Total Returns Swaps" são instrumentos financeiros derivados OTC através dos quais duas partes acordam trocar a totalidade dos fluxos financeiros (juros e ganhos ou perdas de capital) associados a um ativo, por exemplo uma ação, índice ou um cabaz de ativos, em troca de pagamentos periódicos de juro.

(iii) Opções

As opções são instrumentos derivados que conferem ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar (opção de compra ou "call option") ou de vender (opção de venda ou "put option") um ativo, mercadoria, moeda ou um instrumento financeiro a um preço acordado (preço de exercício).

As opções podem ser executadas na data de exercício, que pode ser no próprio vencimento da opção (opção estilo Europeu), durante o período da operação (opção estilo Americano) ou em determinadas datas de exercício até ao vencimento (opção estilo Bermuda). Pela aquisição do direito, o comprador paga um prémio ao vendedor, que representa o preço da opção. O preço da opção é composto pela diferença de valor entre o preço de exercício e o preço do ativo subjacente, designado de valor intrínseco da opção, e pelo seu valor temporal, ou seja pelas expectativas de variação do preço do activo subjacente no futuro.

As opções, assim como a maioria dos instrumentos derivados, são contratos de elevado risco para os seus detentores. Embora o prejuízo do comprador se encontre limitado ao montante de prémio pago, o efeito de alavancagem das opções permite ao comprador tomar uma posição num ativo subjacente muito superior ao que seria possível caso adquirisse o ativo pelo mesmo montante de investimento. No caso do vendedor da opção o prejuízo pode ser ilimitado, dado que este fica exposto à variação do preço de mercado do ativo.

As opções são transacionadas quer em mercado regulamentado quer em mercado OTC e podem ainda ser incluídas em qualquer tipo de contrato ou ativo. As opções transacionadas em mercado OTC tendem a ser mais complexas e menos standard.

a. Opções Digitais

As Opções digitais ou binárias são contratos que determinam um único pagamento fixo caso o preço do ativo subjacente alcance determinado nível de preço, normalmente o preço de exercício.

b. Opções Asiáticas

As Opções Asiáticas são opções em que o preço de exercício ou o preço do ativo subjacente é calculado com base numa média de observações.

c. Opções "Quanto"

As "Quanto Options" são opções denominadas numa determinada divisa ou moeda diferente da divisa ou moeda em que o ativo subjacente se encontra denominado. Adicionalmente ao risco inerente ao ativo subjacente estas opções introduzem risco cambial.

d. Opções "Lookback"

As opções "Lookback" são opções através das quais o comprador estabelece o preço de exercício baseado no valor máximo ou mínimo atingido pelo ativo subjacente durante o período da opção.

e. Opções com Barreira

As opções com Barreira são contratos que são ativados ou expiram quando o preço do ativo subjacente atinge ou ultrapassa um determinado preço (barreira).

f. Opções "Ratchet"

As opções "Ratchet", também designadas de "Reset" ou "Cliquet", são opções em que o preço de exercício é fixado em cada momento de cálculo com base no preço alcançado pelo ativo subjacente no período anterior.

g. "Swaptions"

As "Swaptions" são opções que conferem ao comprador o direito de exercer um "Swap" de Taxa de Juro a uma determinada taxa durante um determinado período de tempo (período de exercício).

h. "Caps", "Floors" e "Collars"

Os "Caps" ("Floors") são opções que permitem ao comprador fixar o preço máximo (mínimo) de determinado ativo, por exemplo de uma taxa de juro, numa data futura. A combinação de um "cap" com um "floor" é designado de "collar".

(iv) "Warrants"

Os "Warrants" são instrumentos financeiros derivados que apresentam as mesmas características essenciais e os mesmos riscos que as opções. Distinguem-se pelo facto de serem substancialmente transacionados em mercados regulamentados e serem menos padronizados que as opções, ou seja não necessitam de estar em conformidade com nenhum tipo de padrão relativamente à sua maturidade, preço de exercício ou dimensões do contrato.

(v) Contratos Diferenciais ("Contracts for Difference" (CFD))

Os contratos diferenciais (CFD's) são instrumentos financeiros derivados que usualmente incidem sobre ações e através dos quais as partes trocam no final do acordo a diferença de valor do ativo, determinada entre o preço de abertura e o preço de fecho.

Instrumentos Híbridos

(i) Obrigações com Opção de Reembolso

Determinadas obrigações são emitidas com opção de reembolso antecipado por parte do emitente. Adicionalmente aos riscos inerentes às obrigações, as obrigações com estas características introduzem um risco adicional aos seus detentores, associado à probabilidade do emitente poder reembolsar as obrigações ao valor nominal antes da data de maturidade das mesmas, ainda que o seu valor de mercado possa ser superior.

**(ii) Obrigações com Retorno Indexado**

As obrigações de retorno indexado são títulos de dívida que incorporam um ou vários instrumentos derivados com o objetivo de aumentarem o retorno potencial do investimento.

Usualmente combinam elementos de proteção de capital com retornos associados a valorizações de ações, índices, cabazes de ações, mercadorias, taxas de câmbio, taxas de juro ou eventos de crédito.

Para além dos riscos associados às obrigações, as obrigações de retorno indexado introduzem risco de mercado associado ao instrumento derivado incorporado e respectivo ativo subjacente.

Parte III. Informação relativa à proteção do património dos Clientes

O BANCO pode recorrer a outros intermediários financeiros e/ou a outras pessoas ou entidades devidamente habilitadas, confiando-lhes a execução, total ou parcial, das tarefas que integram o serviço de registo ou depósito de instrumentos financeiros, na medida do que for necessário ou conveniente para a sua prestação, com observância do disposto na lei ou em regulamento.

Caso os instrumentos financeiros do(s) cliente(s) vierem a ser detidos por um terceiro :

(a) o BANCO não se responsabiliza por qualquer prejuízo causado ao(s) Cliente(s), por quaisquer ações ou omissões do terceiro, exceptuando os casos em que haja negligência ou culpa grave do BANCO na nomeação do terceiro. Se o terceiro entrar em incumprimento das suas obrigações ou for declarado insolvente, o (s) Cliente(s) corre(m) o risco de não recuperar todos os seus instrumentos financeiros;

(b) os mesmos instrumentos financeiros poderão estar registados ou depositados numa conta global de todos os clientes desse terceiro. Se esse terceiro entrar em incumprimento das suas obrigações ou for declarado insolvente e existir um saldo deficitário dos instrumentos financeiros registados ou depositados nessa conta global, o(s) Cliente(s) corre(m) o risco de não recuperar todos os seus instrumentos financeiros;

(c) poderá ser impossível, por força da legislação local aplicável a esse terceiro, identificar separadamente os instrumentos financeiros do(s) Cliente(s) daqueles que são da propriedade desse terceiro ou do BANCO. Nessas circunstâncias, se o terceiro entrar em incumprimento das suas obrigações ou for declarado insolvente e os seus ativos não forem suficientes para satisfação dos créditos, o(s) Cliente(s) corre(m) o risco de não recuperar todos os seus instrumentos financeiros;

(d) os mesmos instrumentos financeiros poderão estar registados ou depositados em contas de instrumentos financeiros sujeitas a lei estrangeira, da qual podem resultar para o(s) Cliente(s) direitos sobre esses instrumentos financeiros diferentes daqueles que resultariam se essas contas estivessem sujeitas à lei Portuguesa;

(e) esse terceiro poderá ter eventuais direitos reais de garantia sobre os instrumentos financeiros do(s) Cliente(s) ou eventual exercício do direito de compensação sobre os mesmos.

Parte IV. - Informação relativa à política de execução de ordens**Política de execução****Introdução**

Na sequência da publicação da Diretiva 2004/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de abril de 2004 e da Diretiva 2006/73/CE da Comissão de 10 de agosto de 2006, relativas aos mercados de instrumentos financeiros ("DMIF") e do Regulamento nº 1287/2006 da comissão de 10 de agosto de 2006, que concretiza certas regras constantes da DMIF, o BANCO definiu a sua política de execução de ordens que seguidamente se apresenta.

O requisito de documentar e publicar uma política de execução de ordens é uma novidade que surge no âmbito da DMIF, no entanto, o BANCO não espera que, deste requisito, resultem alterações significativas em relação à forma como o Banco se relaciona com os seus clientes, pois, por norma, este já conduz as suas atividades tendo subjacentes os princípios que estão na base de uma política de execução nas melhores condições.

Âmbito

O BANCO está sujeito ao dever de execução nas melhores condições sempre que execute uma ordem sobre instrumentos financeiros por conta dos seus clientes que tenham sido classificados como investidores profissionais ou investidores não profissionais. Este dever recai sobre o BANCO relativamente a todas as ordens recebidas no Espaço Económico Europeu.

A classificação de cada cliente é comunicada no âmbito das medidas que o BANCO tem vindo a adoptar para cumprir com os requisitos da DMIF. Caso não saiba em que categoria se integra, consulte o seu contacto habitual no BANCO.

Actuação por conta de clientes

(i) Considera-se que o BANCO estará a atuar por conta dos seus clientes sempre que:

a) receba ordens de clientes para execução;

b) receba ordens de clientes para transmissão a outras entidades;

c) emita ordens, por conta dos seus clientes, para execução por outras entidades, ou pelo próprio BANCO, na sequência de decisões de investimento tomadas por conta de clientes no âmbito do serviço de gestão discricionária de carteiras.

(ii) O BANCO não estará a atuar por conta dos seus clientes, e consequentemente não está sujeito ao dever de execução nas melhores condições, sempre que:

a) a transação se efetue após a comunicação de uma cotação pelo BANCO ao cliente, quer a pedido do cliente, quer numa base contínua, relativa a um determinado instrumento financeiro, e o cliente tenha decidido transacionar o instrumento financeiro com base nessa cotação; e

b) sempre que o BANCO atue por conta própria, para a sua carteira própria e os termos da transação tenham sido negociados com o cliente.

Dever de execução nas melhores condições

No âmbito da DMIF, o BANCO tem o dever de estabelecer e seguir uma política de execução de ordens que preveja todos os passos razoáveis que sejam passíveis de permitir a obtenção do melhor resultado possível para os seus clientes. A política de execução de ordens do BANCO inclui ainda procedimentos a serem seguidos para operações relativamente às quais o BANCO não está sujeito ao dever de execução nas melhores condições. A política de execução de ordens nas melhores condições não cria para o BANCO nenhum dever para além dos especificamente previstos no Código dos Valores Mobiliários e nos regulamentos que o concretizam e em particular não cria nenhuma obrigação de natureza contratual.

No âmbito da prestação dos serviços de recepção e transmissão de ordens e de gestão discricionária de carteiras e no cumprimento do dever geral de execução nas melhores condições o BANCO tem o dever de tomar medidas que assegurem que os intermediários financeiros a quem as ordens são transmitidas dispõem de uma política de execução de ordens nas melhores condições.

Execução e Recepção e Transmissão de Ordens

Sempre que atuar no âmbito da sua política de execução de ordens, o BANCO poderá executar as ordens recebidas dos seus Clientes, ou



transmitir essas ordens a um intermediário financeiro para execução, dependendo da natureza do instrumento financeiro em causa, e tendo em atenção o objetivo de obter a melhor execução possível para o cliente.

Execução pelo BANCO

Após considerados todos os fatores relevantes, e em função de eventuais instruções específicas do cliente, as ordens do BANCO, serão dirigidas a uma estrutura de negociação para aí serem executadas.

Estas estruturas de negociação, ou "execution venues", são fontes de liquidez, e incluem:

- (a) mercados regulamentados;
- (b) sistemas de negociação multilateral ("MTF");
- (c) internalizadores sistemáticos;
- (d) *market makers*;
- (e) outros fornecedores de liquidez; e
- (f) entidades não pertencentes ao Espaço Económico Europeu (EEE) que executem uma função idêntica à de qualquer das entidades referidas acima.

Para cada instrumento financeiro para o qual o BANCO irá executar ordens por conta dos seus clientes, o BANCO incluiu, na sua política de execução, as estruturas de negociação que acredita lhe permitam, de uma forma consistente, obter o melhor resultado possível para a execução das ordens dos seus clientes.

Para maior detalhe sobre os mercados regulamentados e os MTFs em que o BANCO executa ordens por conta dos seus clientes consulte o Anexo A a esta informação.

O BANCO poderá executar ordens numa estrutura de negociação que não é um mercado regulamentado ou um MTF sempre que para tal esteja habilitado.

O BANCO poderá ainda atuar como contraparte desde que cumpridos os requisitos previstos no Código dos Valores Mobiliários.

O BANCO poderá ainda executar ordens através do encontro de ordens recebidas de um seu cliente com uma ordem correspondente recebida de outro cliente.

A política de execução de ordens do BANCO dispõe de regras sobre a agregação de operações realizadas por conta própria com uma ou mais ordens de clientes, bem como sobre a agregação de ordens por conta de vários clientes. Essas regras visam que tal agregação apenas ocorra quando tal seja neutro ou vantajoso para os clientes. Caso a ordem agregada seja executada parcialmente, a operação será, na generalidade dos casos, prioritariamente imputada ao cliente, se agregada com uma operação realizada por conta própria, ou imputada de forma equitativa entre os vários clientes, nos restantes casos.

Recepção e transmissão de ordens

Para certos instrumentos financeiros, o BANCO transmitirá as ordens por conta dos seus clientes a outros intermediários financeiros para execução. Esses intermediários financeiros são selecionados através de um processo de avaliação que tem em conta a suscetibilidade de estes oferecerem o melhor resultado possível na execução de ordens que lhes sejam transmitidas pelo BANCO. Em particular, são tidos em conta os fatores relevantes mencionados no parágrafo 5, bem como a reputação e credibilidade da instituição no mercado.

Ainda quanto aos acordos instituídos com esses intermediários financeiros, o BANCO assegurará que estes dispõem de uma política de execução de ordens que permita ao BANCO cumprir o seu dever geral de melhor execução perante os seus clientes.

Atualmente, o BANCO transmite as ordens por conta dos seus clientes para que as mesmas sejam executadas por sociedades que integram o Grupo NOVO BANCO, na maioria dos casos, e ainda para intermediários financeiros com quem o BANCO contratou este serviço, em determinadas circunstâncias.

Fatores Relevantes

Fatores Relevantes

O BANCO, quando executa uma ordem de um cliente, tem em consideração um conjunto de fatores que incluem:

- (a) o preço;
- (b) os custos;
- (c) a rapidez;
- (d) a probabilidade de execução e liquidação;
- (e) o volume;
- (f) a natureza da ordem; e
- (g) quaisquer outras considerações relevantes para a execução da ordem.

Importância relativa de cada fator

Na determinação da importância relativa destes fatores serão considerados:

- (a) a classificação do cliente;
- (b) a dimensão da ordem e a sua natureza;
- (c) as características dos instrumentos financeiros subjacentes à ordem;
- (d) as características e disponibilidade de liquidez das estruturas de negociação para as quais a ordem é transmitida para execução; e
- (e) o impacto da ordem no mercado. Sempre que o BANCO execute ordens por conta de um cliente classificado como investidor não qualificado, as melhores condições são determinadas em função da contrapartida pecuniária global, ou seja, em função do somatório do preço e dos custos de transação.

Sempre que o BANCO execute ordens por conta de um cliente classificado como investidor qualificado, as melhores condições serão na generalidade dos casos determinadas também em função da contrapartida pecuniária global. O BANCO poderá no entanto considerar em certas circunstâncias que alguns fatores são mais relevantes do que outros, com vista à obtenção do melhor resultado possível.

As contrapartes elegíveis não beneficiam do dever de execução nas melhores condições, no entanto, caso o pretendam e caso o BANCO o aceite, a sujeição do BANCO a esse dever poderá ficar estabelecida.

O BANCO terá em consideração os conhecimentos e experiência no mercado em questão dos seus clientes, o seu perfil de negociação, e a natureza do serviço que os clientes requerem, bem como as instruções específicas e genéricas que lhe são transmitidas e que lhe permitem executar as ordens de clientes.

Instruções específicas de clientes

Sem prejuízo da regulamentação de cada mercado para onde as ordens são transmitidas pelo BANCO para execução, quando um cliente fornece ao BANCO uma instrução específica em relação a uma ordem, incluindo a especificação da sua execução numa estrutura de negociação específica, o BANCO irá executar a ordem de acordo com a instrução do cliente. Qualquer instrução específica transmitida por um



cliente poderá impossibilitar o BANCO, relativamente aos elementos cobertos por essa instrução, de seguir todos ou alguns dos passos da sua política de execução de ordens. Estes passos foram desenhados para a obtenção do melhor resultado possível na execução de ordens.

Monitorização e revisão

Avaliações anuais

O BANCO irá avaliar anualmente a eficácia da sua política de execução de ordens e dos seus acordos para execução de ordens de forma a identificar e implementar eventuais melhorias necessárias. Adicionalmente, irá também verificar anualmente se as estruturas de negociação incluídas na Política de Execução e os intermediários financeiros a quem o BANCO transmite ordens para execução fornecem o melhor resultado para os seus clientes numa base consistente e se é necessário alterar os acordos estabelecidos para execução.

Monitorização

O BANCO irá igualmente monitorizar a sua política de execução de ordens e a eficácia dos intermediários financeiros a quem o BANCO transmite ordens por forma a proceder a revisões da política de execução de ordens ou dos seus acordos para execução sempre que ocorram alterações relevantes susceptíveis de afetar a capacidade do BANCO de continuar a obter os melhores resultados possíveis dos seus clientes.

Consentimento

A política de execução de ordens do BANCO entrará em vigor a partir de dia 1 de novembro de 2007. A partir dessa data o BANCO considera que qualquer ordem por conta de um cliente seu que seja investidor não profissional ou profissional manifesta o consentimento do cliente à política de execução do BANCO.

Comunicação da informação sobre política de execução de ordens e de Atualizações

A Informação sobre a política de execução de ordens do BANCO está ainda disponível em www.novobanco.pt, e qualquer alteração relevante à política de execução de ordens será aí refletida. A

Informação atualizada sobre a política de execução de ordens está ainda disponível em suporte duradouro sempre que o cliente o solicitar.

Anexo A

Lista de Mercados Regulamentados e MTFs

Conforme referido na informação sobre a política de execução de ordens do BANCO, o BANCO executa ordens por conta dos seus clientes em "execution venues" por ele selecionados no âmbito da sua política de execução. Essas "execution venues" incluem os mercados regulamentados em que o BANCO é membro.

Para os restantes mercados regulamentados, o BANCO transmite as ordens dos seus clientes para que as mesmas sejam executadas por sociedades que integram o Grupo NOVO BANCO, na maioria dos casos, e ainda para intermediários financeiros com quem o BANCO contratou este serviço, em determinadas circunstâncias.

O mercado regulamentado onde o BANCO executa ordens é atualmente o Mercado Especial Dívida Pública, gerido pela MTS Portugal - Sociedade Gestora do Mercado Especial de Dívida Pública, SGMR, S.A.



Anexo II

Instrumentos Financeiros Negociados Em Mercados Internacionais

1. Características dos Mercados

Para além do mercado nacional, o NOVO BANCO disponibiliza a execução de ordens de bolsa e custódia de títulos em diversos mercados internacionais, designadamente:

Pays	Bourse	Indices Fournis Par La Banque NOVO BANCO	Sites
EUA	NYSE NASDAQ	DJI30 NASDAQ100	www.nyse.com www.nasdaq.com
Holanda	Euronext Amesterdão	AEX	www.euronext.com
França	Euronext Paris	CAC40	www.euronext.com
Alemanha	Bolsa Valores Frankfurt	DAX XETRA	www.exchange.com
Itália	Bolsa Valores Milão	MIBTL	www.borsaitalia.it
Espanha	Bolsa Valores Madrid	IBEX	www.bolsamadrid.es
Inglaterra	Bolsa Valores Londres	FTSE	www.londonstockexchange.com

Todas as informações sobre os mercados regulamentados acima apresentados, incluindo o funcionamento do mercado, ou qualquer informação pormenorizada sobre as sociedades admitidas à negociação nos mercados nacional ou internacionais pode ser acedida através dos sites respetivos.

A informação sobre as sociedades listadas nos mercados internacionais pode também ser consultada no site do NOVO BANCO em Menu NBnet \ Investimentos \ Informação de Mercados \ Cotações e Notícias e ainda em Menu NBnet \ Investimentos \ Informação de Mercados \ Research de Ações.

Importa ainda referir que os ciclos de liquidação física e financeira de cada um dos mercados acima disponibilizados são D+3, exceto no que diz respeito ao mercado Alemão, no qual os ciclos de liquidação física e financeira são D+2.

2. Procedimentos Gerais de Execução da Ordem

No caso do NOVO BANCO, as ordens transmitidas pelos clientes para execução em mercados internacionais, são preferencialmente enviadas para mercados regulamentados, sendo executadas de acordo com as regras e legislação próprias desses mercados.

Os mercados regulamentados são aqueles que funcionam regularmente obedecendo a regras de organização e de funcionamento definidos pelos seus organismos reguladores, sendo autorizados pelas entidades competentes nos respetivos países.

No entanto, é possível que um título seja excluído de um mercado regulamentado e passe a ser transacionado num mercado não regulamentado, o que poderá reduzir a sua liquidez, implicando maiores dificuldades na sua transação e menor informação disponibilizada sobre o instrumento financeiro transacionado bem como sobre esse mercado. Os mercados não regulamentados caracterizam-se normalmente por serem mais liberais apresentando, na maioria dos casos, um nível de informação muito menor, dificultando as decisões de investimento dos investidores.

No caso das ordens transmitidas pelos clientes para execução em mercados internacionais, o NOVO BANCO utiliza uma rede de custodiantes / intermediários financeiros/centrais de liquidação internacionais de primeira linha a nível mundial, que se encarregam de transmitir cada ordem ao mercado. Estes fornecedores de serviços de custódia e de execução de ordens em mercados internacionais são escolhidos pelo NOVO BANCO após terem sido sujeitos a um processo de seleção criteriosa.

Embora seja dada preferência à execução das ordens diretamente nos mercados, poderão existir situações em que as ordens são executadas contra a carteira própria do intermediário financeiro.

Por solicitação do cliente, o NOVO BANCO disponibilizará os termos concretos de execução de determinada ordem.

3. Forma de divulgação de cotações dos instrumentos financeiros

Para ajudar a minimizar o risco do investimento, o NOVO BANCO disponibiliza as cotações de todos os títulos da Euronext e ainda dos títulos que compõem os principais índices Europeus e Norte-Americanos.

Estas cotações estão disponíveis na plataforma de Internet Banking to NOVO BANCO (www.novobanco.pt) com um *delay* de 15 minutos.

O acesso a esta informação é dado através do NBnet em Menu NBnet \ Investimentos \ Informação de Mercados \ Cotações e Notícias, no qual o cliente pode visualizar as cotações de títulos ou índices que lhe interessem, bem como a hora de atualização da última cotação.

As cotações dizem respeito aos preços formados nos mercados disponibilizados, não sendo consideradas outras praças onde o ativo possa também estar cotado.

A informação sobre cotações dos títulos transacionáveis em mercados internacionais é fornecida pelas próprias bolsas internacionais com quem o NOVO BANCO tem acordos estabelecidos, sendo o fornecedor desta informação uma entidade reconhecida internacionalmente na prestação de serviços de notícias e cotações.

4. Risco

O risco de mercado advém da possibilidade de ocorrerem perdas originadas por movimentos desfavoráveis no mercado i.e., é o risco de o investidor perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um título. O risco pode ser definido como a incerteza / volatilidade associada aos retornos esperados de um investimento.

Para uma perceção e análise corretas do risco, as características do mercado são um importante fator a ter em conta nos investimentos efetuados, ou a efetuar, designadamente porque poderão existir dificuldades de liquidez de um título negociado apenas num mercado não regulamentado.

Para informação mais aprofundada sobre riscos gerais do investimento em instrumentos financeiros, sugerimos a consulta do Anexo I deste contrato.

5. Deveres no âmbito do serviço de registo e depósito de instrumentos financeiros para títulos depositados em mercados internacionais

Tal como referido acima, o NOVO BANCO, para poder oferecer os serviços de execução de ordens e custódia em mercados internacionais,



utiliza entidades de referência a nível mundial (corretores internacionais, custodiantes globais e centrais de liquidação internacionais) que, no âmbito dos serviços que prestam, fornecem ao NOVO BANCO informação atempada respeitante ao modo de exercício dos direitos sociais e patrimoniais inerentes a esses instrumentos financeiros, bem como às respectivas contas de custódia.

O NOVO BANCO tem acesso a esta informação através de plataformas informáticas, SWIFT e sites com acessos reservados das entidades acima referidas. Tal informação é posteriormente disponibilizada aos seus clientes, por forma a que estes possam estar informados dos eventos corporativos em causa, e possam eventualmente exercer os seus direitos.

A conta de custódia de títulos dos clientes do NOVO BANCO que investem em mercados internacionais é atualizada na data da liquidação financeira das operações no que diz respeito às ordens de clientes bem como a eventos corporativos, refletindo qualquer situação jurídica de que os instrumentos financeiros sejam alvo.

Importa referir que o NOVO BANCO apenas disponibilizará aos seus clientes informação prévia sobre o exercício de direitos inerentes, desde que esta seja antecipadamente recebida dos intermediários financeiros com os quais o NOVO BANCO estabeleceu contratos de prestação de serviços.